

I PRÊMIO

Maria Beatriz
Sá Leitão

Experiências em Psicologia e Direitos Humanos

CADERNO DE TRABALHOS

ISSN 2525-2887



Experiências em Psicologia e Direitos Humanos

ISSN 2525-2887

CADERNO DE TRABALHOS DO I PRÊMIO MARIA
BEATRIZ SÁ LEITÃO



Conselho Regional de Psicologia
do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO,
2016
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª REGIÃO

Comissão Organizadora do Prêmio

Conselheiras

Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608) COORDENADORA

Marilia Alvares Lessa (CRP 05/ 1773)

Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345)

Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)

Funcionária

Danielle Pinheiro da Silva (CRP 05/33648)

Projeto Gráfico e Capa

Julia Lugon + Marcos Leme

Catologação na Publicação Biblioteca Dante
Moreira Leite Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo

EXPERIÊNCIAS EM PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS
/ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
- (2016), CRP 05, 2016

CADERNO ANUAL, N° 1, ANO 2016

ISSN 2525-2887

1. PSICOLOGIA 2. DIREITOS HUMANOS
I. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

<u>Editorial</u>	5
ESTUDANTE	
<u>Segundo lugar</u> Vidas sem direitos Vera Lucia da Silva Miranda	11
ESTUDANTE	
<u>Primeiro lugar</u> Entre as dores e delícias do centro de cidadania LGBT Niterói: a emergência do devir-estagiária Luiza Salas	37
PROFISSIONAL	
<u>Segundo lugar</u> A psicologia na defensoria pública: reflexões sobre uma atuação em prol dos direitos das pessoas transexuais Marina Wanderley Vilar de Carvalho	63
PROFISSIONAL	
<u>Primeiro lugar</u> Das artes de governar vidas: pensando a psicologia no campo do cuidado Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes	89
<u>Pareceristas</u>	110
<u>XIV Plenário</u>	111

I PRÊMIO MARIA BEATRIZ SÁ LEITÃO



Editorial

É com imensa alegria que compartilhamos com a comunidade psi e com a sociedade de forma geral a primeira edição do Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão – Experiências em Psicologia e Direitos Humanos. A proposta apresentada em novembro de 2014 pelo Eixo Violência do Estado Ontem e Hoje (e amanhã?) da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) foi imediatamente acolhida pelo XIV Plenário do CRP-RJ.

A psicóloga Maria Beatriz Sá Leitão (1944-2009) foi a primeira Conselheira-Presidente da CRDH. Notória militante pela afirmação da vida e dos direitos humanos, destacou-se pelo comprometimento ético-político que a guiava em sua memorável e incansável luta contra toda e qualquer espécie de violência, em especial a praticada pelo Estado.

Bia, como carinhosamente era chamada pelos amigos, esteve sempre nas frentes de luta, atuando pela construção de uma Psicologia comprometida ético-politicamente com a realidade brasileira. Beatriz faleceu na noite de 15 de março de 2009, aos 65 anos, vítima de um câncer. Ela deixou um legado de ética e defesa da vida que o CRP-RJ admira e tenta dar continuidade.

Assim, cumprindo o compromisso, assumido em 2013, de dar visibilidade e promover debates em torno de temas polêmicos e caros aos direitos humanos e aos princípios básicos da gestão, o lançamento da distinção foi mais um entre os muitos dispositivos utilizados para provocar nossa categoria profissional a refletir e a discutir questões muitas vezes invisibilizadas e afastadas do debate crítico. Sendo assim, a premiação só poderia se dar no IV Seminário de Psicologia, Políticas Públicas e X Seminário de Psicologia e Direitos Humanos do CRP RJ¹ – discutindo a relação: o psicólogo, o Estado, o lugar, o desvio...

O objetivo do seminário, promovido conjuntamente pelas Comissões de Políticas Públicas e de Direitos Humanos do CRP-RJ, foi discutir coletivamente a relação da atuação das (os) psicólogas (os) com diversas questões, entre elas o preconceito racial, as implicações ético-políticas da avaliação psicológica, a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente, a política de drogas, a patologização das identidades de gênero, a violência institucional atual como “herdeira” da violência e terrorismo de Estado à época da ditadura civil-militar, dentre outros. Com discussões coletivas e transversalizadas sobre tais temáticas, o seminário pretendeu visibilizar o papel político das (os) psicólogas (os) no respeito à vida e à diversidade. Como sabemos, nossas práticas psicológicas produzem efeitos na vida das pessoas, em nós mesmos e na sociedade, daí a importância de se discutir esse papel, também por este viés político.

Assim, um dos pontos altos do Seminário foi a apresentação dos trabalhos vencedores nas duas categorias – Profissional e Estudante do I Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão – Experiências em Psicologia e Direitos Humanos, momento marcado por muitas emoções.

Em *Vida sem Direitos*, Vera Lúcia da Silva Miranda, segunda colocada na categoria Estudantes, apresenta uma reflexão crítica da relação entre os paradoxos do Mundo Laboral e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, discutindo questões fundamentais, tais como: o trabalho como prin-

1 Realizado na UERJ – campus Maracanã - nos dias 11,12 e 13 de novembro de 2015

principal atividade da sociedade moderna e as consequências deste modelo, no qual o indivíduo dedica a maior parte de seu tempo às atividades laborais remuneradas e o tempo restante é instado a buscar capacitação profissional ou consumir.

Luiza Franklin Salas foi a vencedora nesta mesma categoria com o trabalho *Entre as dores e delícias do Centro de Cidadania LGBT Niterói – a emergência do Devir-Estagiária*, no qual narra sua experiência no Centro de Cidadania LGBT- Niterói. Utilizando empréstimos da Cartografia, busca mapear as linhas que desenha ao se construir como profissional, ao mesmo tempo que lança mão da Análise Institucional para problematizar a dinâmica institucional que rege o serviço. Descreve sua atuação no Centro como uma aposta em uma prática clínica-política que constrói subjetividades, ao mesmo tempo em que se constrói, colocando-se como sujeito e agente de afetação.

Na categoria Profissional, Marina Wanderley Vilar de Carvalho, segunda colocada, apresenta no escrito intitulado *A Psicologia na Defensoria Pública: reflexões sobre uma atuação em prol dos direitos de pessoas transexuais* uma reflexão sobre o início do trabalho da Psicologia na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, notadamente no Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual, no qual psicólogas (os) realizaram atendimentos e produziram pareceres para os pedidos judiciais de modificação de prenome e gênero de pessoas transexuais. Parte então da compreensão da transexualidade como uma experiência de vida relacionada às construções de gênero, apontando que ela tem sido objeto dos processos de patologização e de judicialização em nossa sociedade. A partir de uma perspectiva ético-política e utilizando a ferramenta da Análise Institucional, questiona os lugares a que a Psicologia está sendo chamada a ocupar e o que tem produzido a partir desses lugares.

O trabalho vencedor, *Das Artes de Governar Vidas: pensando a Psicologia no campo do cuidado*, foi o apresentado por Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes e trata da questão de como têm se dado as práticas de cuidado com

relação à população de rua usuária de crack, principalmente no que concerne à atuação da Psicologia. Aponta que é visível atualmente a crescente convocação dos saberes médico e psicológico para responder às demandas da sociedade por uma cidade mais *limpa* (higienizada) e ordenada. Destaca que no próprio *discurso do tratamento* é encontrada a justificativa para a prática de internações forçadas. Discute em seu escrito como a Psicologia tem respondido a essa convocação e, conseqüentemente, como ela tem pensado o cuidado, visto que estes saberes produzem subjetividades e têm impacto profundo na implementação de políticas públicas para esta população.

Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
Conselheira - Presidente do CRP RJ

ESTUDANTE

Segundo lugar

I PRÊMIO MARIA BEATRIZ SÁ LEITÃO



Vidas sem direitos.

-
-
-
-

Vera Lucia da Silva Miranda¹

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de promover uma reflexão crítica da relação entre os paradoxos do mundo laboral e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Discute questões fundamentais das quais não somos mais conscientes, tais como o trabalho como principal atividade da sociedade moderna e as consequências deste modelo atual, no qual o indivíduo dedica a maior parte de seu tempo às atividades remuneradas – e, no tempo que resta, busca capacitação profissional ou consome, causando um tédio crônico e uma grande pobreza interior, compartilhando socialmente a sensação de frustração e ansiedade. Busca, outrossim, destacar a importância do autoconhecimento para o desenvolvimento de uma capacidade de reflexão. Intentando explorar tal relação, tomamos como suporte a pesquisa de campo com profissionais de três categorias diferentes e contribuições de outros autores importantes e referenciais que se dedicaram à reflexão do tema, como Walter Benjamim, Karl Marx, Hanna Arendt, Olgária Matos, Jorge Coelho, Christophe Dejours e Ariane Ewald.

Palavras-chave: Trabalho; Tempo; Capitalismo; Saúde.

Introdução

Os Direitos Humanos deveriam ser garantidos a todas as pessoas. Como consta no Preâmbulo da Declaração Universal: “considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (1948, s/p). Entretanto, não é o que acontece com a absoluta maioria dos indivíduos que compõem a “família humana”. Segundo Deleuze (2000, p.14), “os direitos humanos, desde suas gêneses, têm servido para levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites preocupam-se com o seu bem-estar”. Na pesquisa desenvolvida sobre as relações entre trabalho, tempo e sofrimento psíquico, o que se encontrou são indivíduos sem nenhuma garantia e mergulhados em um sentimento de insegurança generalizado, pois o modelo atual não favo-

rece o trabalhador em nenhum aspecto: o mercado de trabalho é um senhor cruel, que maltrata e descarta os que não se adaptam às suas exigências.

Segundo o Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, s/p), “toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Confrontando a afirmativa citada acima com o cotidiano da classe trabalhadora, é possível constatar uma realidade contrária, que não humaniza; ao contrário, desumaniza. O trabalho constitui, na modernidade, a atividade central das vidas pessoal e social e passou a representar, ao contrário do que ocorria na antiguidade e no medievo, o elemento a partir do qual advém o próprio valor do humano. Na atualidade, pressupõe-se que quanto mais cedo o indivíduo começar a trabalhar, maiores serão as suas chances de sucesso, de alcançar um futuro promissor através das suas atividades profissionais. Conforme argumenta Russel,

só valorizamos o conhecimento pelos benefícios econômicos e pelo aumento do poder sobre outras pessoas que ele pode proporcionar. O conhecimento só é digno de mérito se pode ser aplicado em algum setor da vida econômica da coletividade (RUSSEL, 2002, p.36).

Acabamos usando todo o nosso tempo em busca de capacitação profissional, pois isso passou a ter **status** de prioridade. Compartilhamos a sensação de que nunca se está bom o suficiente, que sempre podemos e devemos fazer mais e, partindo desse princípio, entramos em uma lógica de competitividade constante, acirrada e fixa. Os trabalhadores acabam desenvolvendo suas atividades de forma individual, agindo cada vez mais isolados uns dos outros, em busca de uma performance melhor.

Pesquisa de campo

Durante esta pesquisa, profissionais de três categorias diferentes foram ob-

servados e entrevistados individualmente. Fizeram parte da pesquisa profissionais do varejo, profissionais da área de mecânica industrial e profissionais da área de construção naval. O contato inicial que obtive com os profissionais do varejo se deu por conta das entrevistas de recrutamento e seleção, que eram realizadas na consultoria da qual eu fazia parte como recrutadora e analista de recursos humanos. Com os profissionais da área da construção naval e mecânica industrial, foi estabelecido um contato semanal em sala de aula, na Escola Técnica Sandra Silva, na qual sou professora. A observação direta e as entrevistas com os profissionais se constituíram de extrema importância para a compreensão da discussão posta em questão neste trabalho.

Além da vasta pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo possibilitou a experiência direta com tais indivíduos, onde foi possível observar, a partir da fala destes profissionais, várias formas de sofrimento e mal-estar vividos por conta do trabalho. A maioria não enxerga o tempo que passa no trabalho como seu tempo de vida. No geral, os profissionais entrevistados reconhecem que se dedicam muito as atividades remuneradas, admitem que levam trabalho para casa e que permanecem conectados via ferramentas digitais e telefone, mesmo durante as férias, feriados e fins de semana.

Nos profissionais do varejo foi possível perceber um forte mal-estar e sensação de impotência em relação às metas dadas pela empresa e a impossibilidade de alcançar tais valores. É importante destacar também a precariedade do ambiente de trabalho: geralmente os estoques das lojas não possuem estrutura e os funcionários não dispõem ao menos de um espaço para realizar as suas refeições. Alguns entrevistados destacam que para beberem água e irem ao banheiro é necessário utilizar os serviços oferecidos pelo shopping. Outras atividades são inerentes ao vendedor, como, por exemplo, arrumar a loja, buscar mercadorias no depósito, organizar os produtos, colocar os preços. Além disso, em caso de qualquer erro nos valores o vendedor da seção deve arcar com a diferença. Ao entrar na loja o cliente deseja receber o melhor atendimento e o vendedor é treinado para tratá-lo como um rei, pois este cliente está pagando e o que importa é o di-

nheiro, a venda! O objetivo é vender, pois seu salário depende de cada venda e, mais importante do que o salário, é a meta da empresa que precisa ser atingida a qualquer custo.

A empresa possui uma meta mensal que é dividida ao longo de trinta dias e o vendedor precisa diariamente alcançar o valor determinado. Assim, diariamente, suas ações estão sempre voltadas para o presente, para hoje e agora. É preciso ter motivação a todo instante, o dia inteiro, para não perder o foco. Se ontem o vendedor foi muito bom, hoje ele precisa ser muito melhor, o ontem não importa mais. Geralmente os valores a serem atingidos são muito altos, muitas vezes inatingíveis, mas o vendedor precisa se esforçar ao máximo para atingi-los e, quando isso não acontece, o mesmo se sente extremamente fracassado, pois, no varejo, o vendedor que não bate cota por três meses consecutivos é demitido. Portanto é preciso ter dedicação máxima, “intensificação do trabalho, estabelecimento de objetivos irrealizáveis, a priorização de ganhos financeiros em curto prazo, uma gestão destrutora do coletivo que isola seus funcionários, sujeitos perdidos em relação ao que é fazer bem seu trabalho e seu futuro” (CASTRO, 2014, p.256).

Ao chegar ao trabalho, os profissionais do varejo precisam diariamente encontrar seu melhor sorriso, sua melhor aparência e sua mais sublime gentileza para conseguir novamente ir em busca de tais objetivos. Outro objetivo muito importante é a colocação das vendas: quem consegue vender a ponto de alcançar o primeiro lugar no ranking ganha destaque. É preciso dar o melhor de si para não ficar para trás, pois não alcançar a meta é vergonhoso. Existe uma competitividade acirrada entre os membros de equipe, em um ambiente onde todos buscam ser o melhor devido a “exigência de estar sempre à altura das demandas, de sempre ser capaz de ultrapassar seus próprios limites com criatividade, motivação, comprometimento e espírito de equipe, antagônica às exigências de intensificação dos resultados financeiros” (CASTRO, 2014, p.259). Outro ponto importante é a pressão emocional vivida pelos funcionários que precisam estar disponíveis 24 horas para tirar dúvidas e realiza substituição caso algum colega de trabalho falte.

Os profissionais de construção naval e mecânica industrial vivem uma rotina diária de trabalho pesado. É possível perceber os danos causados pelo peso do trabalho na pele dos trabalhadores: muitos trabalham soldando peças ao sol e a empresa não fornece condições mínimas de trabalho nem, ao menos, disponibilizam protetor solar. Além disso, não possuem tempo para cuidar da saúde e de suas questões e projetos pessoais. Essa realidade fica ainda mais latente nos profissionais que trabalham embarcados, vivendo parte do mês em alto mar e parte em terra firme.

Problematização

Com o desenvolvimento tecnológico, os profissionais ficam conectados vinte e quatro horas, seja no celular ou no computador, e essa conexão acaba gerando a sensação de agilidade e liberdade para fazer outras coisas, mas o que sobra é tempo livre para mais trabalho, como nos alerta Olgária Matos (2006): “quanto mais tecnologia o homem produz, menos tempo tem”. O tempo de trabalho e o tempo livre se uniram com um único objetivo: o aumento de resultados positivos. Sendo assim, torna-se impraticável o que consta no Artigo 24º, que diz que toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas”, pois o “tempo de trabalho e tempo livre se mesclam e se fluidificam no capitalismo dito flexível” (SOARES, 2013, p.48).

De acordo com Junho (2015, p.49), “o sistema capitalista transformou o trabalhador num verdadeiro escravo do tempo, sem ter condições de lazer ou, em muitos casos, de receber um salário digno e proporcional às suas horas de dedicação no emprego”. No geral, não medimos esforços para produzir e acabamos perdendo a noção das forças que empenhamos nas atividades laborais. Muitos profissionais acabam dependentes do trabalho e, quando por algum motivo, têm sua jornada diminuída, algum dia de descanso ou se deparam com suas férias, não sabem o que fazer com os horários vagos, pois preencheram todo seu tempo e vida pessoal com as atividades remuneradas.

Na lógica mercantil, o funcionário eficiente é aquele que consegue responder aos clientes na hora ou no prazo máximo de uma hora. Como escreveu Jorge Coelho Soares, “entronizamos definitivamente a noção de instantaneidade e uma lógica de vida em franca aceleração, uma forma de ser e estar no mundo regida pelo imperativo do tudo ao mesmo tempo, agora e aceleradamente” (SOARES, 2013, p.28). A tecnologia aumenta a tentativa de domínio sobre o tempo e “essa ânsia de posseção do tempo e sua rigorosa marcação é justamente o oposto do que Baudrillard considera o requisito para um verdadeiro tempo livre, que seria o desapossar-se dele, o dar e disponibilizar sem medição” (SOARES, 2013, p.28). Não é mais preciso ter um espaço físico para o trabalho, já podemos trabalhar, cada vez mais – e em setores cada vez mais diversificados –, de maneira móvel, principalmente de casa. Esse “espaço do trabalho” em casa é chamado de **home office**. A emergência desse dispositivo, dessa disposição espacial, passa a significar que vivemos para produzir em qualquer lugar e a qualquer hora. Conforme argumentam os autores Lúcidio Bianchetti e Ana Maria Netto Machado (2010, p. 56), “a vida privada foi invadida, diluíram-se os limites entre o local de trabalho e o lar” e esse comportamento tornou-se natural. Essa nova ordenação espaço-temporal implica uma aceleração cada vez maior da vida social e faz com que, mesmo quando o indivíduo pode gozar de um tempo de descanso, busque novas atividades para realizar, não se permitindo experimentar tal descanso – no geral, alegando sentir culpa ao descansar. Hoje existem várias literaturas que buscam ensinar ao indivíduo maneiras de ter disciplina, foco e comprometimento para usufruir dos benefícios da tecnologia trabalhando em casa, nos horários vagos e finais de semanas.

Trata-se de uma nova forma de organização de tempo no chamado capitalismo flexível em que os turnos fixos são substituídos de várias maneiras por turnos flexíveis: desde a escolha de horários de trabalho ao longo da semana, a compressão do tempo de trabalho em mais horas diárias e em menos dias até o trabalhar em casa (SEVERIANO; BENEVIDES, 2013. p.46).

As relações sociais são, pois, cada vez mais aceleradas e essa hiperatividade, no campo profissional, acarreta uma superficialidade nos vínculos, pois estamos ficando condicionados a realizar as tarefas de maneira acelerada, sem tempo para planejamentos a longo prazo. Entretanto, nos relacionamentos com a família e amigos deve ser diferente. Os relacionamentos interpessoais não deveriam ser conduzidos como uma atividade com horário para início e fim. Cabe indagar se a possibilidade mesma de relacionamentos duradouros, baseados em outras lógicas que não a da produtividade acelerada, estará “perdida”.

De todas as experiências subjetivas que a história deixou para trás, talvez a mais perdida, para o sujeito contemporâneo, seja a do abandono da mente à lenta passagem das horas: o tempo do devaneio, do ócio prazeroso, dedicado a contar e a rememorar histórias (KHEL, 2009, p. 164).

As informações chegam e mudam em uma velocidade jamais vivida e é preciso acompanhar o ritmo. No geral, as pessoas não aguentam esperar, “precisam” ter as respostas na hora, e esta agitação é permanente. Alguns profissionais que ocupam o mesmo cargo e exercem as mesmas atividades tendem a agir de maneira sempre competitiva entre si, impossibilitando qualquer relação de solidariedade que não vise, no fim, aumentar a produtividade ou otimizar o próprio trabalho. Há “aumento das exigências ligadas ao trabalho, em contraste com o enfraquecimento de outras formas de ligações sociais, tais como família, a escola, a vida comunitária e a igreja” (CASTRO, 2014, p.255). Ou seja, a cooperação, a solidariedade e mesmo a amizade se reduzem à condição de “instrumentos” da conquista do “bem maior”, qual seja, o lucro.

Na busca pelo lucro “o homem atual almeja visando à sua aceitação e valorização, ser divertido, superficial, leve e prazeroso, aprendendo a ser digno de crédito pelo seu valor econômico e por seu potencial erótico” (SEVE-

RIANO, 2006, p.11). Assim, o indivíduo vai se tornando “flexível” diante de qualquer situação, pois almeja desempenhar bem seu papel dentro da organização. Assim, não enxerga problemas em chegar mais cedo, sair mais tarde, abrir mão das refeições, deixar os filhos e seus vínculos para crescer profissionalmente ou conseguir um emprego, passar muito tempo dentro da empresa e pouco tempo em casa. Agir de tal forma passa a ser normal; anormal é considerado o profissional que não aceita tal situação imposta.

O sofrimento do trabalhador começa ao sair de casa, no trajeto para o trabalho, encarando os transportes públicos que transitam em péssimas qualidades e gastando horas para chegar ao trabalho, passando parte considerável (senão a maior parte) do seu dia em trânsito. Muitos profissionais desenvolvem suas atividades em condições precárias como, por exemplo, temperaturas não adequadas, muito barulho, péssimas condições de higiene e segurança, assédio moral, entre outros. Nos profissionais entrevistados para a pesquisa foi possível verificar a sensação de que, enquanto estão na empresa, a vida “passa” lá fora: um sério e grande sentimento de anulação de si mesmo, do “jeito de ser”, pois no ambiente de trabalho é preciso ser contido e deixar sempre os problemas do lado de fora. Enfim, há sensação de impotência, perda da autonomia diante da própria vida.

O tempo no trabalho que não serve para atingir as aspirações pessoais. Fica o sentimento de inutilidade. Finda a motivação, sucumbe o desejo. Trabalho sem significação. Tempo desperdiçado. Moinho de gastar sonhos. O homem forçando ao limite o seu trágico desinteresse. Não há aparelho psíquico que segure essa barra pesadíssima (JUNHO p. 51).

Na maioria das vezes, os profissionais acabam realizando atividades com as quais não possuem nenhuma identificação ou prazer (o que, em geral, é naturalizado pelos trabalhadores). Por diversas vezes obtive contato com grupos de adolescentes que estavam prestes a ingressar no mercado de tra-

balho e, durante os encontros, realizei a seguinte pergunta: o que você considera importante na escolha da carreira profissional? A resposta é unânime: dinheiro. “Depois que alcançarmos sucesso e ganharmos dinheiro, trabalharemos com o que gostamos”. É interessante como esse discurso é recorrente entre os jovens e a maioria demonstra grande disposição à flexibilidade para atuar em qualquer área, perdidos em meio a tantas ofertas de como alcançar o sucesso. Como argumenta Severiano (2014),

são tantas, tão múltiplas e tão velozes
as ofertas, que mal experimentamos os
acontecimentos e já temos que nos decidir
pelos vindouros; mesmo sem conhecer a gênese
e o desenvolvimento da experiência que ocorre
(SEVERIANO, 2014, p. 86).

Nesta ânsia de investir no desenvolvimento de novas habilidades e competências para ser “proativo”, aproveitar ao máximo o tempo e melhorar a performance, o indivíduo tem seu desenvolvimento marcado pelas exigências do mercado e não se assume enquanto sujeito. Sua personalidade é flexível ao gosto das empresas. Nunes (2014) nos inquieta ao abordar a condição do indivíduo moderno:

Desolado, lesado, ensimesmado e lançado, sem
deuses e garantias, a um mundo “desencantado”,
o indivíduo moderno se reduz à condição de
peça descartável da engrenagem capitalista, de
produção e consumo, cada vez mais acelerados.
O progresso, que fora promessa do alcance da
felicidade, [...] se apresenta ao contemporâneo
como signo da aceleração “do tempo” e da
desumanização das relações interpessoais
que, se mediadas pelos aparatos tecnológicos,
progressivamente substituídas por eles (NUNES,
2014, p. 219).

Diante de uma rotina esmagadora, os trabalhadores desenvolvem diversas sortes de sofrimentos psíquicos. Segundo dados da Previdência Social (2012), houve uma queda nos acidentes de trabalho e um aumento significativo nos afastamentos por transtornos mentais. As doenças que mais afastaram os trabalhadores foram Episódios Depressivos, Transtornos de Ansiedade, Reações ao Estresse Grave e Transtornos de Adaptação.

O indivíduo não enxerga outras possibilidades além daquela que lhe foi imposta e alguns, de fato, não possuem outras oportunidades. Na maioria das vezes há medo de perder o emprego atual e não conseguir outro. E, como não existe espaço para os desempregados na sociedade, é melhor não correr esse risco, logo ficar na empresa até que ela decida o melhor para cada funcionário parece ser um caminho seguro. Segundo Cecília Coimbra, o próprio sistema

responsabiliza os próprios desempregados pela perda e/ou dificuldade em conseguir alguma colocação no mercado. Esses marginalizados têm sido os primeiros a se considerar incompatíveis com a sociedade da qual eles são produtos. São levados a se considerar indignos dela e, sobretudo, responsáveis pela sua própria situação. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar que adotam, que os vê culpados, e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que erros cometidos puderam levá-los a essa situação .

Segundo Russell (2002, p. 17) “a ideia de que as atividades desejáveis são aquelas que dão lucro constitui uma completa inversão da ordem das coisas”. Seria esta inversão a base do caráter “contraditório” do capitalismo, de acordo com a tradição crítica do materialismo histórico. Isso acarreta uma redefinição do sentido da vida posta em curso na modernidade capi-

talista, que se transfere primeiramente para o campo da produção e, no século XX, também para o consumo. Trata-se do esvaziamento de sentido de qualquer atividade que não converta o homem em objeto ou em “apêndice” da produção material.

Para Adorno (2008), a própria vida, no seu sentido íntimo e social, passa ser valorada de acordo com a lógica própria da mais-valia. Como provocou Hebert Marcuse (apud NUNES, 2010,), na medida em que o indivíduo aloca no consumo seu “objetivo supremo, sua felicidade”, “se converte em escravo de homens e de coisas”. Como dizem Jorge Soares e Lana Veras (2013), a felicidade

é colocada como condição indispensável de bem-estar e as formas apontadas para sua obtenção, são as mais diversas, contudo em sua maioria ligadas ao consumo e à imagem. Somos bombardeados com a necessidade de sermos felizes e para alcançar esse estado é difundido que devemos ter saúde, jovialidade, beleza, uma vida sexual intensa, uma educação de qualidade, um emprego gratificante, uma família harmoniosa, uma alimentação balanceada, atividades físicas regulares, viagens divertidas, uma casa espaçosa, um carro possante e mais e mais e mais. Para cada um desses “pré-requisitos” de felicidade há um rol de indicações de como podemos fazê-los melhor, como otimizá-los para, assim, sermos cada vez mais felizes. Invariavelmente os itens do *checklist* da felicidade são ligados ao consumo ou acessados por meio deste e transformados em produtos (SOARES; VERAS, 2013, p. 267).

Todavia, quanto mais o indivíduo é chamado a consumir, menos poderá fazê-lo, pois a lógica do capitalismo tardio implica justamente em ofere-

cer sempre novidades ao consumo, de modo que a satisfação seja reduzida ao máximo para que novos “vazios” possam ser preenchidos com “novos” produtos consumidos (SOARES; EWALD, 2004). Segundo Bauman (2008, p. 17), “o objetivo da indústria não é mais produzir cada vez mais itens, mas sim produzir o desejo e a tentação para que os produtos sejam consumidos na maior velocidade possível”. Vivemos na sociedade do consumo: o sistema capitalista e suas ferramentas de captação geram no indivíduo a sensação e o desejo de que precisa e pode comprar o que está sendo oferecido e, para isso, precisa trabalhar mais, vivendo assim mais tempo no trabalho e menos tempo em casa, sempre em busca de uma “renda extra”. “Os produtos são consumidos pelo seu valor simbólico; por meio deles os seres humanos se reconhecem e se diferenciam, estabelecendo suas identidades ao sabor do mercado” (SEVERIANO, 2006, p.11).

O trabalho nunca foi tão importante quanto na modernidade: “na nossa sociedade capitalista os homens produzem historicamente sua existência através do trabalho” (MARX, 2002). Atualmente, este consome todo o tempo do indivíduo, que renuncia seus interesses pessoais em virtude da empresa, abrindo mão, muitas vezes, dos seus horários de descanso e até mesmo vendendo suas férias para conseguir dar conta de toda demanda que lhe é oferecida ou por não ter o que fazer durante o período de descanso. Muitos perdem o verdadeiro sentido de suas vidas, pois o trabalho é uma das atividades mais valorizadas na sociedade moderna. Sendo assim, as pessoas não enxergam mais sentido em outras atividades e acabam indo em busca somente o que gere lucro, sempre em busca de “crescimento”. Precisamos “crescer” e, para isso, precisamos trabalhar. O capitalismo impera e promete que o indivíduo pode mudar de classe, que tem todas as oportunidades do mundo e que vai chegar ao topo. “Um mundo em que o consumo se estabelece como fonte de referência identitária, mesmo naqueles que não podem comprar” (SOARES, 2013, p. 38). É uma espécie de roda-gigante que acaba retornando, monotonamente: o indivíduo trabalha, trabalha e trabalha com a sensação de que está no caminho certo para ascender profissionalmente, mas, na verdade, trabalha somente para consu-

mir – e, quanto mais consome, mais escravo do trabalho fica, pois precisa arcar com as contas que são adquiridas nos seus horários de lazer.

O tempo livre dos trabalhadores é, assim, alienado e corresponde a uma temporalidade acelerada e esvaziada de qualidades. O consumo exagerado é o que ajuda a gerar sentido na vida do indivíduo em busca de uma identidade. Planeja-se a vida pautando-se em novas aquisições, os sonhos estão atrelados a bens de consumo, “a subjetividade dos consumidores é feita de opções de compra – opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição adquire a forma de uma lista de compras” (BAUMAN, 2008, p.24). Em “tempos em que tudo parece ser possível” (SOARES, 2013, p.19), o indivíduo trabalha para ganhar dinheiro e aumentar seu poder de compra no mercado, sabendo que é avaliado pelos bens que possui, que são os objetos que fornecem significado e que, se não consumir os produtos novos e da moda, se sentirá de fora, excluído, com a sensação de ter ficado para trás. Por não aproveitar as promoções “maravilhosas” oferecidas pelo mercado, mesmo não precisando, compra, pois não pode “perder”. “No consumo contemporâneo o indivíduo consome, simultaneamente coisas e seu tempo de vida” (MATOS, 2010, p. 175), o tempo de vida é utilizado para trabalhar, nos momentos de lazer o indivíduo consome.

Segundo Bauman (2008), “numa sociedade de consumidores tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas” (BAUMAN, 2008, p. 22). Para o autor, o consumismo associa-se à felicidade e as pessoas se transformam em mercadoria, pois possuem a necessidade de serem aceitas no meio social; o indivíduo que possui alto poder de compra é visto como um caso de sucesso, completo e feliz. Consumimos em grande velocidade, usamos os produtos poucas vezes – ou nenhuma vez –, novos itens são adquiridos e outros são descartados, pois são considerados velhos, ultrapassados. Em uma sociedade onde a novidade está sempre em destaque, os produtos perdem a validade, são descartáveis. O ato da compra gera uma sensação de prazer, uma satisfação imediata, que logo passa, então é necessário trabalhar mais para comprar um novo produto, melhor do que o anterior. Esse descarte de produtos se reproduz nas

relações: as pessoas também perdem a validade, tudo se tornou descartável. “Os indivíduos parecem viver, hoje, cada vez mais à deriva, numa ausência de solidez e continuidade” (BICCA, 2007, p.133). O convívio humano torna-se cada vez mais escasso, não se tem mais tempo para as relações, na sociedade do consumo é necessário trabalhar para adquirir e juntar, “tornar-se consumidor exige um nível que dificilmente deixa tempo para as atividades que tornar-se cidadão demanda” (BAUMAM, 2008, p.188).

Marx dizia “que a força de estarem reduzidos à condição de coisa, os homens tomam as coisas por deuses” . Já não mais conhecemos outras atividades, vivemos essa repetição do (in)útil: “no consumo contemporâneo o indivíduo consome, simultaneamente coisas e seu tempo de vida” (MATOS, 2010, p.175). Afirmou Gramsci apud Mézaros (2007, p.23) que “o tempo é a coisa mais importante, é um simples pseudônimo da vida”; mas o homem não percebe, e, enquanto isso, a própria vida vai passando, pois encontrar um equilíbrio dentro deste cenário é impossível. Trata-se da “alienação” não somente da produção – o exemplo o profissional que produz uma mercadoria que nunca poderá comprar, mas a ideologia capitalista diz para ele que um dia ele vai conseguir – mas, também do consumo, em que o indivíduo compra de forma compulsiva e cega. Quanto a isso, já argumentava Marx apud Antunes (2011),

o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Esse fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho

produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX apud ANTUNES, 2011).

A vida material da sociedade melhorou, mas, em contrapartida, “o sentimento de falta e de frustração tornou-se generalizado em todas as camadas da sociedade” (MATOS, 2010, p.175). As consequências do modelo atual são as mais desastrosas. Alguns autores acreditam que chegamos ao auge da paranoia empresarial, as pessoas estão com pressa, correndo em busca de algo que nem mesmo elas sabem o que é (GWERCAMAN, 2005; KURZ, 1999). O médico Gilberto Ururah, examinou a saúde de executivos durante 20 anos e fez mais de 50.000 check-ups. Os números obtidos são: atualmente, 70% dos gestores brasileiros convivem com altos níveis de estresse; 50% são obesos, sujeitos a doenças cardíacas e diabetes e 8% sofrem depressão (GIARDINO, et al., 2011, p. 23).

Uma das maiores lutas atuais é pela satisfação do cliente. Sempre existe um cliente final que deve ser atendido e satisfeito, os direitos são engolidos diariamente pelo aumento da performance e da produção.

Ao mesmo tempo, a exigência de responder às demandas sociais de produtividade, de excelência e de comprometimento com uma comunidade organizacional, serializante e serializada traz consigo um processo de anulação de si mesmo, de submissão à ordem social e organizacional estabelecida e, por consequência uma inviabilização do processo personalizante (CASTRO, 2014, p. 277).

Considerações Finais

Durante a pesquisa, 40 indivíduos de diferentes áreas profissionais foram entrevistados e todos apresentam dificuldades em equilibrar as atividades

profissionais e a vida pessoal. Não enxergam outras possibilidades além da vida profissional, alegam que tudo depende do trabalho. Competir, vencer, se destacar, desempenhar o melhor papel, são expressões que apareceram com frequência no vocabulário dos entrevistados.

Estes alegam que se sentem mais felizes quando estão desenvolvendo atividades nas quais se destacam ou se sentem importantes. O profissional sobrecarregado com tarefas empresariais diárias não tem tempo para se questionar sobre a sua própria vida. A empresa cresce e a pessoa minguava, não se desenvolve como indivíduo, sua vida interior é oprimida pelo crescimento da empresa. Algumas empresas defendem que é do funcionário a tarefa de gerir melhor o seu tempo para que consiga desfrutar melhor suas horas de descanso, mas, por outro lado, incentivam a competitividade oferecendo a remuneração por desempenho, o que gera um alto grau de ansiedade, pois todos querem desempenhar seu papel da melhor maneira para ganhar mais dinheiro por conta de uma melhor performance. O profissional tem medo de não corresponder às expectativas da organização, de perder seu emprego e seu “lugar” no mercado de trabalho, pois ficar desempregado em uma sociedade onde o trabalho define o homem significa estar desnorteado, perdido. Conforme diz Carmo,

estar desempregado não é estar com tempo livre para o lazer: os momentos de tensão, o sentimento de fracasso, de exclusão social e a sensação de ser facilmente descartável afetam profundamente o desempregado. Em uma sociedade onde a participação na abundância e o sucesso profissional são aspectos essenciais para a integração social, o fato de encontrar-se sem trabalho constitui sentimento de grande derrota (CARMO, 2005, p. 13).

Temendo viver as consequências de estar desempregado, o indivíduo se dedica exclusivamente às atividades remuneradas e é possível visualizar

nos currículos dos candidatos o esforço que fazem para demonstrar que possuem os requisitos necessários para conseguir um emprego – destacam, por exemplo, que possuem “disponibilidade total” e “liberdade para viagens empresarias e “que não possuem filhos”, pois sabem que é importante evidenciar que podem se dedicar para empresa em tempo integral. Com frequência são conduzidos pela empresa para outros lugares afim de desenvolver outros trabalhos e projetos, como podemos verificar na fala de um dos entrevistados: “a gente fica na empresa até eles decidirem o que fazer com a gente”.

Em sua totalidade, só buscam o conhecimento como objetivo profissional, para garantir capacitação, ganhando competitividade e destaque, pois quanto mais capacitado, maiores serão as chances de se “vender” para a empresa. “O ensino se dirige cada vez menos a ‘cidadãos em formação’ e cada vez mais a ‘clientes’ interessados em se valorizar no mercado de trabalho” (SOARES, 2006, p.12). Afirmam considerar o trabalho uma forma de prisão, pois, ao saírem, deixam a família dormindo e ao retornarem os encontram dormindo, não sendo possível, assim, um tempo de vivência e experiência com seus vínculos afetivos. Acabam desenvolvendo maiores afinidades com os amigos de trabalho.

Ariane Ewald e Jorge Soares (2013) nos chamam atenção para uma gama variada de sofrimentos psíquicos que se apresentam na modernidade tardia em decorrência da “cultura do consumo” e da aceleração do tempo, que constitui uma temporalidade, como chamou Olgária Matos (2010), “patologizada”. Stress, ansiedade e compulsões diversas decorrem da canalização do sentido da existência numa lógica de trabalho **non-stop**, que reduz o tempo possível à realização de atividades não competitivas. Ademais, a cultura da aceleração da produção e do consumo reduz, a rigor, a possibilidade de pensar qualquer dimensão da vida que não anime a própria causa do sofrimento.

Um processo de anulação de si mesmo. O indivíduo perde o sentido do trabalho, não se reconhece diante das atividades esvaziadas que exerce, se vê

obrigado a superar os sentimentos de falta de esperança em possíveis melhorias, falta de autonomia, fragilidade, insegurança, medo, pois, no geral, buscam corresponder às expectativas do empregador e essa pressão diária faz com que não consiga dar conta de tanto sofrimento psíquico, atingindo o nível máximo do esgotamento psíquico e emocional. Alguns chegam ao extremo e colocam fim à própria vida: segundo o Ministério da Saúde no Brasil, 1996 e 2005, ocorreram 181 suicídios entre os bancários, um a cada 20 dias em média. Resultado de uma grande submissão à cultura de rentabilidade, que cala e anula o sujeito, como traduz a poeta Letícia Brito.

A cada 15 minutos, um palhaço comete suicídio.

A cada 30 segundos de rotina, 47 poetas são mortos.

Cerca de 53% da população operária já foi, um dia, poeta.

Cerca de 27% da população que ouve rádio desejou ter vivido de música.

Para cada 04 cantores que aparecem na tevê, existem 15 artistas desconhecidos e mais talentosos.

O genocídio de artistas pelo capital tem dados alarmantes.

E confirmando as estatísticas, aqui jaz o poeta. O poeta morreu.

Há rumores de que se suicidou, após ter ido ao inferno e voltado, para nos contar dos jardins do éden.

O poeta foi morto, pois sabia demais.

Foi sufocado por contas a pagar, horários a cumprir e metas a bater

Desculpe Elisa, mas precisava lhes contar

– A rotina matou o poeta.

Toda a sensibilidade foi congelada e colocada em

tubos de ensaio para ser entendida por gerações
futuras

O poeta agora pensa dentro da caixa
Pude ver seu corpo quase sem esperança na porta do
CCBB.

Rondando nas estações de metrô, esperando que algum
amigo lhe oferecesse um livreto, mas, ninguém lhe
ofereceu.

E ninguém ofereceu lugar para a poesia, já cansada,
se assentar.
O poeta a carregou por um tempo em suas costas.

Teve sonhos de por ela viver, mas não suportou viver
com ela e tampouco sem ela suportaria ficar.
Ali está o corpo do poeta estendido no chão.

Golfadas rubras de espírito líquido escorrem de sua
boca.

O poeta morto é ainda poesia concreta, parnasiana, um
slam na rotina da sociedade.

A morte do poeta é seu último manifesto, mas ninguém
viu, ninguém percebeu.

Pois o corpo do antigo poeta seguiu para o seu
trabalho, um pouco atrasado, constrangido, arrasado
pela morte do seu alterego, sem ter como explicar Não
há desculpas.

O poeta se burocratizou e já não se diz mais poeta,
tem orgulho de ser operário (com foco, força e fé),
cumpridor de horário, tem emprego fixo e vai juntar
seu décimo terceiro salário pra comprar livros de

autoajuda e esquecer onde guardou seus escritos.
Talvez visite algum sarau, escondido, mas, se alguém
perguntar, vai dizer que poesia é chato, vai dizer
que precisou amadurecer, vai argumentar algo sobre
realidade, sobre sucesso, dinheiro e estabilidade.
Vai fingir que conhece a felicidade e citar SunTsu
pros desafios da vida,
É, não é fácil se assumir suicida

(BRITO, 2014)

Todo esse processo “não visa, portanto, à emancipação humana, mas à expansão do mercado” (Soares, 2013, p.40). Este trabalho não pretende esgotar o assunto, mas despertar novas práticas e implicações sobre o tema. Para finalizarmos cabe aqui a voz de Cecília Coimbra:

Se entendermos a Psicologia, assim como a Política, não em cima desses modelos hegemônicos, mas como produções históricas, como territórios não separados, mas que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos encarar nossas práticas não como neutras, mas como implicadas no e com o mundo. Se entendemos os objetos, saberes e sujeitos como produções históricas, advindos das práticas sociais; se aceitamos que os especialismos técnico-científicos que emergem como a divisão social do trabalho no mundo capitalístico têm como função a produção de verdades e a desqualificação de muitos outros saberes que se encontram neste mundo; se entendemos como importante em nossas práticas cotidianas a análise de nossas implicações, assinalando o que nos atravessa, nos constitui e nos produz, e o que constituímos e

produzimos com essas mesmas práticas, negaremos as dicotomias. Articularemos Psicologia, Política e Direitos Humanos e entenderemos uma série de outras questões: que nossas práticas produzem efeitos poderosíssimos no mundo, sendo, portanto, políticas. Assumir tais desafios é estabelecer rupturas com o pensamento hegemônico no Ocidente, é romper com as “verdades” que estão no mundo e vê-las como temporárias, mutantes, provisórias (COIMBRA, 2000, p.147).

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os exercícios da Subjetividade: As reificações inocentes e as reificações estranhas. In: **Caderno CRH**, Salvador, 2011, n. esp. I. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So103-49792011000400009&script=sci_arttext>.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BICCA, Luiz. **Questões Pertinentes**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2003.

BRITO, Letícia. **O último poema**. Disponível em: <<http://livrodalele.blogspot.com.br/2014/09/o-ultimo-poema.html>>.

CARMO, Paulo Sergio do. **A ideologia do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CASTRO, Fernando Gastal de. **Suicídio e trabalho nos dias atuais: considerações sobre os paradoxos do mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CASTRO, Fernando Gastal de; LUZ, Rodrigo; WERNECK, Daniel. **Morte jovem em uma enrugada vida**, 2015. Disponível em: <http://www.indignai-vos.com/2014/03/morte-jovem-em-uma-enrugada-vida.html>>.

COIMBRA, Cecília. **Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Cecilia.pdf>>.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.

EWALD, Ariane Patrícia; SOARES, Jorge Coelho; SEVERIANO, Maria de Fátima V.;

AQUINO, Cássio Braz de. (Orgs). **Tempo e Subjetividades**: Perspectivas plurais. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras; Pequeno Gesto, 2013.

EWALD, Ariane. (Org.). **Subjetividades e temporalidades**: diálogos impertinentes e transdisciplinares. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

GIARDINO, Andrea; OHI, Murilo; VIEIRA, Vanessa. Epidemia Workaholic. In: **Você S/A**, São Paulo, 2011, 155p. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/155/noticias/epidemia-workaholic>>.

GWERCAMAN, Sérgio. Tempo: cada vez mais acelerado. In: **Revista Super Interessante**, Março de 2005. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/tempo-cada-vez-mais-acelerado-445560.shtml>>.

JUNHO, Yago Euzébio Bueno de Paiva. **O tempo nosso de cada dia roubado**. 2015, vol. 57. Disponível em: <<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/56/o-tempo-nosso-de-cada-dia-roubado-o-sistema-337778-1.asp>>.

KURZ, Robert. A Expropriação do Tempo. **Folha de São Paulo**, 03.01.1999. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz29.htm>>.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATOS, Olgária. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Discretas esperanças**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

MÉSZAROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Bomtempo, 2007.

NUNES, Diogo Cesar. A Utopia como consciência subversiva. In: **Revista Espaço Acadêmico**, UEM, 2010, vol. 10, n. 116. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10657/6472>>.

NUNES. Diogo Cesar. **Dialéticas e alegorias do tempo**: história, poesia e sombras. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PREVIDÊNCIA em questão. **Cai número de acidentes de trabalho e aumenta afastamentos por transtornos mentais**. 2012, vol. 59. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4_120326-105114-231.pdf>.

RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SOARES, Jorge Coelho; EWALD, Ariane P. Reflexões à sombra de Adorno: cultura do consumo, vazio existencial e sofrimento psíquico. In: **Nomadas**, revista critica de ciências sociales u jurídicas, Madrid, 2004, n. especial. Disponível em: <<http://www.existencialismo.uerj.br/pdf/Nomadas.pdf>>.

ESTUDANTE

Primeiro lugar

I PRÊMIO MARIA BEATRIZ SÁ LEITÃO



Entre as dores e delícias do centro de cidadania LGBT Niterói: a emergência do devir-estagiária.

-
-
-
-

Luiza Salas¹

¹ Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Contato eletrônico luizasalas@yahoo.com.br.

Resumo

Para analisar minha experiência no Centro de Cidadania LGBT- Niterói faço empréstimos da Cartografia, buscando mapear as linhas que desenho ao me construir como profissional. Também lanço mão dos olhares da Análise Institucional para problematizar a dinâmica institucional que rege o Serviço. Através desses olhares, surgem as linhas de fuga, que me conduzem a outros territórios. Assim, é no tracejar dessas rotas de fuga que emerge o que denomino Devir-Estagiária, que é o eixo condutor do texto que se segue. Nessa construção de me fazer Psicóloga e fazer Psicologia em um Serviço da assistência, busco problematizar as práticas **psi**, o modelo vigente de Psicologia, o papel do/a Psicólogo/a em um serviço da assistência e sua formação. Aposta-se em uma prática clínica e política que constrói subjetividades ao mesmo tempo em que se constrói, onde afeta-se ao mesmo tempo em que se é afetado, onde Psicólogo/a e campo são parte de um mesmo conjunto.

Palavras-chave: Psicologia; Clínica-política; Subjetivação; Devir.

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver (Amyr Klynk).

Introdução

Para analisar a construção de minha experiência como estagiária no Centro de Cidadania LGBT-Niterói convoco aprendizados, desterritorializações, entraves do Programa, (des)entendimentos da gestão e os limites institucionais para atuação da psicologia e, conseqüentemente, para atuação da equipe técnica. Esses obstáculos, como a pedra no meio do caminho de Carlos Drummond de Andrade, me levaram a percorrer outros caminhos para além das linhas duras que marcam o serviço. Caminhos esses que me conduziram por linhas mais flexíveis até chegar às linhas de fuga, que me levaram à emergência de um devir que chamo Devir-Estagiária. Ele é o eixo que conduz meu texto, narrando minhas muitas aventuras e minhas tentativas de fazer psicologia e de me fazer psicóloga em um serviço da assistência, voltado ao público LGBT. As aventuras e afetos desta viagem, ao serem escritos, se inscrevem no campo das memórias e se transformam em uma espécie de Diário de Bordo do qual me utilizo para lançar-me às análises desse Devir-Estagiária. Viagem essa que, tal como a Crônica de Nárnia **O Leão, a Feiticeira, e o Guarda-Roupa**, me levou a caminhar por territórios desconhecidos, mas que, como o novo e incrível mundo de Nárnia, estavam bem diante de mim, no abrir da porta do meu armário, conhecendo e habitando novas paisagens psicossociais e principalmente construindo seus contornos, escolhendo as tonalidades que coloririam o desenho que venho apresentar aqui. Utilizo o método da Cartografia, dialogando constantemente com alguns autores como Deleuze, Guattari e Regina Benevides de Barros .

Dessa maneira, a partir dos meus incômodos e inquietações, busco através da utilização de ferramentas emprestadas pela Análise Institucional entender esses muitos entraves que marcam e constituem o Programa Rio Sem Homofobia. Nesse processo eu me (re)construo e me (re)invento como profissional em uma meta-análise, que propõe a discussão sobre o-que-quer-e-o-que-pode a psicologia em um serviço da assistência. Também problematizo a formação de profissionais da psicologia e a concepção clínica e individualizante dessa formação, mais comum nas universidades, buscan-

do um alinhamento entre o saber-fazer técnico e o exercício ético, que não se restringe ao Código de Ética do Psicólogo (2005), embora este seja um instrumento importante, e uma postura política de respeito às diversidades e coerência com os Direitos Humanos.

Apostando na perspectiva de uma psicologia política e engajada, adoto uma escrita marcada por essa aposta política, que me oferece ferramentas na construção das rotas, rumos e percursos desta viagem que aparece retratada nas linhas que se seguem. Seguindo as pistas apontadas por Deleuze,

escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido (DELEUZE, 1997, p.11).

Por isso utilizo sempre os dois artigos (o/a), sinalizando que substantivos ou adjetivos no masculino não abarcam o feminino, apostando em uma escrita que recusa a se submeter ao padrão masculino vigente na língua portuguesa. Além disso, as fronteiras que delimitam o que é ser homem e o que é ser mulher não precisam ser rígidas, tampouco estreitas e coladas aos sexos biológicos e às performances binárias de gênero, correspondentes ao sexo designado no nascimento. As maneiras de performar os gêneros e fronteiras entre os sexos biológicos podem se embaçar. Tal embaçamento gera novas possibilidades de se habitar os corpos: androginia, travestilidades, transexualidade, homens cisgênero femininos, mulheres cisgênero masculinas.

O destino final

Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?
Isso depende muito de para onde queres ir –
respondeu o gato.

Preocupa-me pouco aonde ir – disse Alice.
Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas –
replicou o gato.

Alice no País das Maravilhas – Lewis Carroll

A partir da utilização de um olhar da Cartografia e dos conceitos de sobreimplicação e análise de implicação, emprestados da Análise Institucional, pretendo colocar em análise a construção da minha experiência como estagiária no Centro de Cidadania LGBT-Niterói (CC-LGBT-Niterói), que foi atravessada por afetos, aprendizados, incômodos e (im)possibilidades. Experiência essa que se constituiu também pelos limites institucionais que marcam as práticas produzidas pela equipe técnica do Serviço, composta por profissionais do Direito, do Serviço Social e da Psicologia.

As ferramentas do desenho

Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo.
Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva,
E se faço chover, com dois riscos tenho um guarda-chuva.
Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel
Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu...

Aquarela – Toquinho

Utilizei aqui quatro ferramentas que me auxiliaram a retratar esse desenho, essa paisagem psicossocial, que foi minha experiência enquanto estagiária do Centro de Cidadania LGBT-Niterói. A primeira dessas ferramentas refere-se à concepção de paisagens psicossociais, que nos

remetem a ‘mundos’ ou ‘tempos’, constituídos como experiências históricas, nem exatamente pessoais, muito menos subjetivas no sentido de interiorizadas. Elas remetem a estéticas circulantes e formas

coletivas de subjetividade, formas coletivas e históricas de existência, economias ou regimes de produção de corpos e subjetividades, modos históricos de relação com os outros e consigo mesmo, estetizações e formas históricas de elaboração e produção de si mesmo. Não exatamente experiências de sujeitos, mas experiências coletivas às quais estamos sujeitos, ou, das quais somos sujeitos, à medida que nos constituímos nesse cenário histórico até certo ponto comum aos que vivem em determinado tempo, espaço ou cultura. Paisagens não focadas nem centradas nos sujeitos, mas em relações e jogos onde a sua constituição está em questão (FILHO; TETI, 2013, p.56).

O lápis preto que delineou os traços foi o conceito dos Saberes Localizados, de Haraway (1995). A autora esclarece que a objetividade só pode ser alcançada quando, enquanto cientistas, apontamos e localizamos o lugar de onde falamos:

apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva...A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p.21).

Assim, ela afirma que não há neutralidade no fazer científico, pensando a ciência como produção teórico-política marcada pelo lugar de poder ocupado pelo/a cientista que a constrói. Desta maneira, a minha perspectiva de realizar empréstimos não autorizados (RAUTER, 2009) dialoga com a concepção de Baremlitt (1996), entendendo que os saberes são políticos. As canetinhas coloridas que utilizei ao longo dessa experiência para

dar forma aos contornos são oriundas do método da cartografia. Cartografia pode ser entendida como o movimento de “traçar as linhas que estão compondo determinado território, as que estão dele escapando produzindo desterritorializações, as que estão se recompondo produzindo reterritorializações” (BARROS, 2013, p.210).

Os adesivos brilhantes são as peculiaridades que chamaram minha atenção no desenho do Programa Rio Sem Homofobia. Através de ferramentas da Análise Institucional, como os conceitos de implicação e de sobreimplicação, proponho um saber que põe em análise seus instrumentos, seus métodos e seus/suas cientistas, incluindo quem pesquisa como fator que constitui o campo.

Dessas ferramentas lancei mão para me auxiliar a pôr em análise a dinâmica institucional que atravessava e constituía o Programa e a maneira como se davam as relações ali. Por último, os lápis de cor que deram os tons desse desenho dizem respeito à escrita na qual aposto nesse trabalho. Uma escrita política, implicada, que mantivesse a coerência com as apostas que realizei enquanto estagiária do CC-LGBT-Niterói. Assim, uma escrita mais fluida, que conseguisse contar essa história, que pudesse narrar minha experiência, que fornecesse versos, poesia, pontos e palavras para dar conta da aposta política que era fazer psicologia em um serviço pioneiro da assistência voltado para a população LGBT e tentar cartografar essa aposta. Afinal, a formação do/a cartógrafo/a é o mundo e

se faz na abertura atenta do corpo ao plano coletivo de forças em meio ao mundo. O aprendizado e a transformação do pesquisador se fazem no acompanhamento dos efeitos das ações de pesquisa, produzem habilidades e rigor ético.[...] A formação do cartógrafo se faz como inscrição corporal, é acompanhada por processos de corporificação do conhecimento e práticas que configuram regimes de

afetabilidade. Neste sentido, aponta para a necessidade de ativação do potencial de ser afetado para além de sua função sensível trivial, ativando uma dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada. Concluimos que ao pensar na formação do cartógrafo pensamos na produção de mundo (POZZANA, 2013, p. 323).

E é justamente nesse mundo, onde as revoluções se operam no nível molecular, que se constituiu o exercício do meu estagiar no Centro de Cidadania LGBT-Niterói, construído a partir do meu Devir-Estagiária que vim desenhar aqui. Entendo devir como um conceito de Deleuze e Parnet (2004), que é o próprio movimento. O devir é um eterno gerúndio que abarca em si a noção de transformação contínua, da não sujeição a modelos. Ele é autêntico e caminha sobre as linhas de fuga.

Devir nunca é imitar, nem fazer como, nem uma sujeição a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade, não há um termo de que se separe nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Também não há dois termos intermutáveis. A questão ‘o que é que tu devéns’ é particularmente estúpida. Porque à medida que alguém devém, aquilo que devém muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não-paralela, de núpcias entre dois reinos (DELEUZE; PARNET, 2004, p.11)

Nesse desenho, incluo outros traços, apago alguns antigos e sou nômade em mim mesma, ou seja, permaneço imóvel geograficamente, mas sigo as minhas próprias linhas de fuga para novas rotas as quais esse desenho me leva (DELEUZE; PARNET, 2004).

Estagiando e descarrilhando a cultura do cumpra-se no CC-LGBT-Niterói: Dores e delícias

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada.
Ninguém podia entrar nela não!
Porque na casa não tinha chão!
Mas, era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero.

A Casa – Vinícius de Moraes

O Programa Estadual Rio Sem Homofobia foi inspirado na diretriz nacional Brasil Sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009) e veio como uma materialização das reivindicações do movimento LGBT, que buscava uma política pública continuada. Esse Programa data de 2007 e é coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR), que está diretamente ligada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Seus principais objetivos são combater a homofobia, a violência e a discriminação a LGBT's e disseminar informações sobre direitos, trabalhando no sentido de promoção da cidadania LGBT.

No conjunto de ações proposto pelo Programa Rio Sem Homofobia dois instrumentos adquiriram mais destaque: o Disque Cidadania LGBT e os Centros de Cidadania LGBT. O Disque é um serviço telefônico gratuito que acolhe as demandas iniciais de usuários/as e encaminha para um dos quatro Centros de Cidadania LGBT, podendo funcionar como porta de entrada para o Serviço. Os Centros de Cidadania LGBT auxiliam na garantia de direitos e cidadania através do atendimento a algumas demandas dessa população, de cunho jurídico, psicológico e social.

Os atendimentos nos Centros de Cidadania LGBT eram realizados por equipes técnicas compostas por profissionais da psicologia, do direito e do ser-

viço social, em uma perspectiva interdisciplinar, que ocorria principalmente através do diálogo e da interação entre profissionais que integravam as equipes. Assim, buscávamos oferecer uma escuta ativa à/ao usuário/a, afim de elaborar a demanda inicial, esclarecer acerca de seus direitos e caminhar em conjunto na construção de possibilidades. Dessa maneira, muitas vezes uma demanda que era inicialmente por orientação jurídica podia se transformar em um acompanhamento mais longo, envolvendo toda a equipe com articulação da rede de serviços, propondo ações que, dependendo do caso, objetivavam não só o ressarcimento do/a usuário/a solicitante, mas também o combate ao preconceito a LGBT, levando informações, dialogando e ouvindo sobre o assunto.

O CC-LGBT-Niterói foi o último dos centros de cidadania a ser inaugurado, começando a funcionar em junho de 2012. A equipe era composta por uma auxiliar de serviços gerais, uma copeira, um segurança, dois assistentes técnicos, uma coordenadora, um coordenador e a equipe técnica: uma advogada, uma assistente social, uma estagiária de serviço social, uma psicóloga, e eu, a estagiária de psicologia.

Desde minha entrada no CC-LGBT-Niterói fui estimulada pelas (des)potencialidades do Programa. Pois, apesar das potencialidades que poderiam ser inerentes a um Serviço pioneiro, que visa garantir direitos e cidadania LGBT, no cotidiano, são os atravessamentos e despotencialidades que me obrigaram a pensar linhas de fuga, por onde pudessem caminhar o meu fazer e o me fazer estagiária de psicologia naquele espaço. Entendo linhas de fuga como aquelas que nos desterritorializam “através dos nossos segmentos, mas também através dos nossos limiares, para um destino desconhecido, não previsível, não preexistente” (DELEUZE; PARNET, 2004, p.37).

Esses atravessamentos me deslocaram daquele que aprendi que seria o papel de uma/um psicóloga/o e que muitas vezes me levaram a me desterritorializar desse papel e lançar-me em outras possibilidades de se fazer psicologia. Práticas que se alinhassem melhor a um serviço da assistência. Nesse movimento de desterritorialização, ao abandonar antigos territórios e ca-

minhar pelas linhas de fuga tracejadas, é que emergiu o Devir-estagiária.

Durante a graduação em psicologia, recebemos uma formação essencialmente clínica, que nos prepara para fazer psicoterapia em espaço privado. Porém, quando chegamos aos serviços da assistência somos convocados a repensar nossa psicologia. Precisamos colocar em análise nossas ferramentas e nos questionar acerca de nossos lugares enquanto psicólogas/os: qual é o papel do/a psicólogo/a? É fazer clínica? Fazer clínica é fazer psicoterapia individual? Tratamos o indivíduo? Há essa demanda? Ela é literal? Mas o indivíduo é algo alheio à sociedade? E se pensarmos o indivíduo como uma construção política e histórica? Qual seria a função da psicologia em um Centro de Cidadania LGBT?

Essas questões foram responsáveis pelo primeiro desvio de rota que me colocou na trilha de construção do Devir-estagiária no CC-LGBT-Niterói. A distância entre minha expectativa e a realidade de estagiar neste serviço levou-me a colocar em análise minhas tarefas enquanto estagiária de psicologia. Minha expectativa era de participar e até mesmo realizar atendimentos individuais, como eu já fazia em outros estágios. Porém, o que acontecia de fato é que eu pesquisava sobre a rede de saúde dos municípios que atendíamos, lia sobre legislação, aprendia sobre a documentação necessária para um casal dar entrada em um processo de casamento civil, entendia a diferença jurídica entre união estável e casamento, ouvia da assistente social sobre benefícios, frequentava eventos externos promovendo a articulação de rede.

Além disso, eu acompanhava minha supervisora em capacitações promovidas pelo Programa Rio Sem Homofobia para a Polícia Militar e Civil, afim de combater violências no atendimento à população LGBT, e em visitas institucionais para discussão ou acompanhamento de algum caso clínico; recebia, em conjunto com a equipe técnica, estudantes que realizavam pesquisas sobre LGBT; acompanhava a coordenação à capacitações no setor da educação; participava das Paradas LGBT e de eventos como o Dia da Visibilidade Trans e da Visibilidade Lésbica, do Seminário LGBT e Comunidades, bem

como das reuniões de equipe, das supervisões mensais de psicologia e das supervisões semanais de estágio com a supervisora. Eventualmente, entrava em poucos atendimentos novos que surgiam. Esses geralmente eram realizados em conjunto com a assistente social e a psicóloga. Após os atendimentos, elaborávamos relatórios e discutíamos os casos, muitas vezes com a assistente social e a estagiária de serviço social, o que era completamente inédito e desafiador para mim, considerando minhas experiências anteriores, nas quais atuei em uma clínica individual. Assim, precisei repensar minhas práticas como profissional da psicologia e até meu conceito de clínica.

Outra questão que me levou a pensar em outros caminhos, saídas de emergência e atalhos para manter minha prática profissional foram os muitos impasses, divergências e confusões entre equipe técnica e gestão do Programa. A maioria ocorreu por conta de uma certa dinâmica, uma **cultura do cumpra-se**, que marca o funcionamento do Serviço. Chamo de **cultura do cumpra-se** o pacote formado pela falta de participação das equipes técnicas nas decisões que nos envolviam, a falta de diálogo resultante dessa tomada de decisões verticalizada, o que nos levava a saber das notícias muitas vezes de forma imprecisa, através de boatos que circulavam entre os membros das equipes do serviço que iam distribuindo essas informações e às vezes modificando-as conforme o entendimento de cada um que ouvia o boato. É o que chamo de rádio corredor. E, finalmente, a comunicação dessas decisões costumava chegar em forma de convocações tardias e sem explicações. Por exemplo, as convocações para participar das cerimônias de casamentos coletivos civis e das Paradas de Orgulho LGBT. Apesar de passarmos todo o mês questionando sobre nossa participação, a coordenação tampouco tinha informações para nos dar.

Tanto a Parada quanto a cerimônia de casamento civil ocorreram em domingos. Sexta-feira, às dezoito horas, recebemos um e-mail da gestão informando que deveríamos trabalhar no domingo. Haveria dois turnos e poderíamos escolher em qual dos dois trabalharíamos. Apenas. Sem explicar qual seria a função de uma equipe técnica em um evento como a Parada LGBT, que reúne centenas de pessoas em uma grande festa. Realizar

atendimentos? Esclarecer sobre direitos e cidadania LGBT? Dar visibilidade ao programa? Credibilidade por ser formado não apenas por militantes? Minha aposta era na divulgação do serviço e numa presença política. Mas, por mais que fosse necessário estarmos lá, a convocação não poderia ser diferente e mais participativa?

O mesmo ocorreu com as cerimônias coletivas de casamento civil. Recebemos uma convocação da mesma forma: deveríamos estar em um determinado horário para assistir ao casamento civil de vários casais. A presença da equipe técnica aqui também me parece parte de uma estratégia política para que o serviço aparecesse e mostrasse quantas pessoas estão envolvidas no Programa. Mas será essa a melhor maneira de realizar essa divulgação? Será que colocar as equipes técnicas sem uma função a desempenhar nessa vitrine através de uma decisão verticalizada é um bom modo de mostrar o serviço? Principalmente a forma como essa convocação foi feita demonstrava a falta de reconhecimento de nossas práticas profissionais por parte da gestão, esvaziando o trabalho de sentido político (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004). Além disso, levava a equipe técnica a não enxergar uma função em participar desses eventos, ainda que existisse uma função política em mostrar o Serviço.

Essas questões me levaram a pensar essa dinâmica institucional. O que nos era solicitado dentro do Programa era um trabalho de apagar incêndios, correndo o tempo todo para dar conta das demandas urgentes que nos eram solicitadas. Assim, éramos convocadas/os a exercer o que caracteriza, para Lourau (2004), um sobretrabalho, que é marcado pelo ativismo e por uma sobreimplicação. Para compreender os conceitos de sobretrabalho e sobreimplicação antes precisamos falar sobre implicação e análise das implicações. Para o autor, estar implicado é algo inerente à nossa condição e a implicação se dá independente da nossa vontade, motivação ou comprometimento. A implicação, simplesmente, está no campo de intervenção. Assim, a sobreimplicação ocorre quando há uma dificuldade na análise de implicações, podendo ser realizada em apenas um nível, inviabilizando-a.

De acordo com Coimbra e Nascimento (2004),

a análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa de ser bem-sucedida (COIMBRA E NASCIMENTO, 2004, p.02).

Isso significa que é através da análise das implicações que podemos entender os afetos que surgem no trabalhar, as relações que se formam, como a cultura institucional afeta esse trabalho e como somos afetadas/os. A sobreimplicação, por sua vez, acarreta um sobretrabalho, que é um trabalho que ocorre de maneira automática, acelerada, sem que se tenha espaço e tempo para repensar suas práticas (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004). Assim, é um trabalho politicamente esvaziado, que não questiona seu sentido, nem as rotas que percorre. Não se pergunta qual é o seu destino e se os caminhos que têm percorrido são os melhores possíveis para se chegar a esse destino.

No CC-LGBT Niterói, assim como no programa Rio Sem Homofobia, existia uma convocação para que a equipe técnica exercesse esse sobretrabalho na forma de uma sobremilitância. Essa sobremilitância é uma militância que acontecia através do entendimento da gestão sobre o que é militância. Era uma militância molar, marcada por um ativismo, onde não havia espaço para uma meta-reflexão, pois ela ocorria sem pausas questionar seus rumos e percursos, sem promover uma reflexão acerca desses (des)caminhos. E assim como acontecia com o sobretrabalho, essa sobremilitância era esvaziada de sentido político, perdendo seu sentido, deixando de ser o que Guattari (1981) chama de grupelho, deixando de ser máquina de guerra e se tornando máquina binária, perdendo sua potencialidade de fazer revolução, deixando as linhas de fuga e as linhas flexíveis.

As convocações de sobremilitância se davam principalmente através de uma **cultura do cumpra-se**, marcada pela crença de que a equipe deveria

corresponder a essa militância idealizada pela gestão. Ela ocorria de maneira curiosa, quando éramos convocadas/os a trabalhar em eventos externos, quando, paradoxalmente, a gestão entendia que era não possível a equipe técnica realizar um trabalho externo. Esses eventos geralmente ocorriam nos fins de semana, sem receber hora extra, em Paradas LGBT, cerimônias de casamento civil e audiências sobre a questão LGBT, sem termos uma função específica a realizar, sem diálogos sobre o que achamos sobre a participação no evento em questão, em uma convocação que geralmente se dava na noite anterior ao evento, sem nos dar chance de questioná-la. Aconteciam de forma verticalizada porque a gestão entendia que deveríamos ser militantes da causa. Mas também ocorria no nosso cotidiano, quando a gestão entendia que a equipe técnica devia ser composta por pessoas LGBT.

Meu olhar sobre a psicologia começou a mudar com a minha entrada em um serviço da assistência. Assim, minhas críticas e (des)entendimentos acerca das práticas da psicologia ganhavam corpo com a emergência do Devir-Estagiária, ao pensar o fazer **psi** como uma prática política. Uma Clínica Política, que não separava o sujeito de seu contexto social, que não individualizava os problemas e sim os via sob a lógica da construção de subjetividade, concebendo-a como uma produção histórica, política e social. Passos e Barros (2009) a definem como uma Clínica Transdisciplinar, que está para além das disciplinas, constituindo-se

como um sistema aberto onde o analista não apenas criaria intercessores, elementos de passagem de um território a outro, mas ele próprio seria um intercessor. Produzindo agenciamentos, misturando vozes” (PASSOS E BARROS, 2009, p.117).

Dessa maneira, a escolha em trabalhar nesse Programa, por si só, já foi uma aposta política, pois me encontrava constantemente envolvida com minha prática profissional para além das 20 horas semanais de estágio: produ-

zindo trabalhos acadêmicos sobre minhas vivências no CC-LGBT-Niterói, indo a Congressos para discutir questões voltadas a LGBT, realizando leituras ou questionamentos sobre meu fazer. Porém, esse envolvimento não é visto pela gestão como militância, em um entendimento que só contempla uma maneira de militar, que é aquela que vai às ruas para dar visibilidade ao serviço, realizada pela própria gestão.

Essa invisibilização de parte do trabalho realizado por mim e pela equipe técnica, que partilhava dos entendimentos acima, gerava uma desvalorização do nosso trabalho, produzindo cansaço e se constituindo como mais um entrave na resistência às convocações da gestão de realizarmos sobretrabalho. E isso se dava em nosso cotidiano, por mecanismos que despotencializavam nosso trabalho. Tanto pela cobrança de cinco minutos de atraso quanto pelos atendimentos de usuários/as realizados pela coordenação, que davam a sensação de que havia uma disputa por parte da coordenação em relação à equipe técnica e de que éramos incapazes, enquanto profissionais, de realizar atendimentos que faziam parte do escopo de nossa atuação no CC- LGBT- Niterói.

Com grande parcela do nosso trabalho invisibilizada pela gestão e sem diálogo entre gestão e equipe técnica, nossas vozes não eram ouvidas e não havia espaço para discutirmos acerca da divergência de entendimentos. Esse papel deveria ser feito pela coordenação. Porém, a gestão adotava uma postura dura e vertical e acabava por pressionar a coordenação, que se sentia fragilizada e replicava esses **modus operandi** na relação com a equipe. Dessa forma, nossas pautas eram esvaziadas sob a justificativa de ser uma decisão verticalizada da gestão, sem abertura para diálogo. Essa dinâmica muitas vezes nos paralisava e se constituía como mais um entrave para a criação de rotas de fuga que nos possibilitassem uma melhor atuação profissional.

Para driblar esse cansaço, fiz uso de um olhar da Análise Institucional. Enquanto equipe técnica necessitávamos de espaço onde pudéssemos falar sobre os obstáculos que dificultavam nosso trabalho. Esse espaço foi criado na aposta no diálogo entre a própria equipe técnica. As trocas constantes

com a assistente social e com a advogada sobre as violências que atravessavam nosso fazer nesse serviço foram fundamentais para tentar fazer novas apostas que me mantivessem fazendo psicologia no CC-LGBT-Niterói. As reuniões mensais da psicologia também surgiram como um espaço de reflexão e análise sobre nossos trabalhos, sobre as tantas confusões desse serviço e suas potencialidades. Assim, me auxiliaram a entender meus próprios sentimentos; a maneira como o cansaço, a verticalização de decisões, a falta de diálogo e as convocações de sobremilitância e sobretrabalho me afetavam; ajudando na elaboração de uma constante análise de implicações que levava a pensar outras maneiras de estar no Programa.

Algumas reflexões sobre os rumos e percursos

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
E agora Joaquim?
E agora você?
Você que é sem nome,
que zomba dos outros,
Você que faz versos,
que ama, protesta?
E agora, José?

José- Carlos Drummond de Andrade

O fazer profissional da psicologia tem sido condicionado a atendimentos individuais, dentro de um setting terapêutico. Através dessa visão, trata-se o sofrimento de certos indivíduos de maneira individualizante, sem levar em conta o contexto social, produtor de subjetividade. Esses indivíduos são classicamente aqueles que podem pagar pela psicoterapia. Des-

sa maneira, a psicologia, enquanto campo de saber, se revela pensada para uma pequena elite. Porém, diante do alargamento do campo **psi**, a psicologia entra nos serviços da assistência, educação, justiça, e direitos humanos. Assim, o/a psicólogo/a se vê diante de uma nova realidade, onde outras demandas se fazem presentes. Essas demandas são também da ordem do social, pois não se pode separar indivíduo e meio social. Respondê-las com ferramentas da psicoterapia pensadas para o individual circunscreve à vida pregressa, à infância, às vivências presentes e escolhas do sujeito, concebendo a história desse sujeito como apenas individual. Essa visão leva à responsabilização total do indivíduo por seus sucessos e fracassos, psicologizando a vida e retirando sua potência.

Considerando a recente atuação nos direitos humanos, precisamos nos afinar às temáticas e discussões de raça/etnia, gênero, sexualidade, religiosidade e práticas religiosas. Pois, uma atuação individualista dentro de serviços especializados da assistência, da educação, da justiça e dos direitos humanos poderia se tornar trágica ao deslegitimar modos de vida, enxergando-os segundo uma visão psicologizante e individualista que não leva em conta os agenciamentos históricos, sociais e políticos que produzem e no qual são produzidas essas subjetividades. Assim, a atuação do/a psicólogo/a precisa se pautar por essa visão social, alinhada aos direitos humanos, que são pautados pelas diversidades. Tal perspectiva considera a psicologia uma prática política na qual, através do encontro, que mobiliza afetos, se produzem e são produzidas novas visões de mundo, novos olhares, novas subjetividades.

Nesse sentido, os valores éticos exercem um papel fundamental enquanto norteadores do trabalho do/a psicólogo/a, sendo essencial caminharmos afinados/as com as resoluções do Código de Ética do Psicólogo (2005) que concernem sobre contemplar às diversidades. O Código de Ética, neste aspecto, parece retratar bem um princípio que deve pautar nosso trabalho, principalmente quando pensamos o exercício profissional em um serviço para LGBT: a não discriminação, o respeito e não patologização de sexualidades heterodivergentes, gêneros não binários e transexualidades são diretrizes que devem orientar nossa prática.

Segundo a resolução do Conselho Federal de Psicologia, número 001/99, datada de 22 de março de 1999:

Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º – os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Assim sendo, o papel do/a profissional da psicologia é trabalhar no sentido de garantir e respeitar identidades sexuais e de gênero, através de uma perspectiva que encontra respaldo no Código de Ética do Psicólogo, e em algumas resoluções do Conselho Federal de Psicologia, que se alinham à garantia de direitos humanos. Dessa maneira, tratar vivências de transexualidade ou homossexualidade descontextualizadas do atual movimento que luta pela equidade de direitos para LGBT vai de encontro ao nosso Código de Ética e pode patologizar formas de vida, reduzindo-as a um diagnóstico em Saúde Mental.

Embora o diagnóstico de disforia de gênero ainda seja necessário para a entrada no processo de readequação sexual no Sistema Único de Saúde – e, por isso, os laudos do psiquiatra e do/a psicólogo/a em que constem esse diagnóstico ainda sejam fundamentais para que a pessoa possa ter acesso a serviços de saúde que readéquem a aparência à sua identidade de gênero – a Resolução do CFP 001/1999 que regula nossa atuação afirma que não devemos patologizar práticas heterodivergentes, conforme citado acima.

Podemos estender essa diretriz para as transexualidades, na qual incluo as vivências de travestilidade. Nessa perspectiva, vejo um impasse que esbarrava no meu fazer diário, gerando um paradoxo na minha atuação no CC-LGBT- Niterói, pois, ao mesmo tempo em que não me sentia, enquanto profissional da psicologia, em local onde eu pudesse dizer da identidade de gênero alheia, me sentia convocada a atuar na perspectiva da garantia dos direitos das pessoas trans, entendendo como um desses direitos o acesso aos serviços públicos de saúde de readequação sexual. Nesse contexto, a prática de emitir laudos favoráveis à readequação sexual com base em um diagnóstico de disforia de gênero coloca o/a psicólogo/a diante de uma grande encruzilhada. Uma saída que construí com a equipe de psicologia foi a prática da emissão dos laudos, por entendermos que estes se constituem como documentos que garantem as readequações necessárias para uma vivência mais plena da identidade de gênero, e, em paralelo, a aposta em um movimento que busca despatologizar as identidades trans, nos alinhando aos questionamentos que parte do movimento trans têm realizado. Problematicamos o fato de um saber da saúde, seja o psiquiátrico ou o psicológico, dizer e nomear vivências de gênero e identidade através da égide de um diagnóstico.

Dessa maneira, torna-se clara a necessidade de se desconstruir antigas práticas **psi** individualizantes e alienadas de seu contexto histórico-político-social e reconstruí-las entendendo a psicologia como um saber político, que precisa ser engajado em sua realidade para formar profissionais também engajados/as. Por isso, uma reformulação na grade curricular da formação **psi** me parece urgente. O antigo modelo de uma psicologia que realiza psicoterapia individual e comprometida com as elites e com o sta-

tus quo da cis-heteronormatividade está esgotado, como nos informa o parágrafo único da resolução do Conselho Federal de Psicologia, número 001/99, datada 1999, citado anteriormente. Estabelecida em uma época em que ainda não havia uma discussão sobre gênero e sexualidade como tem ocorrido hoje em dia, essa resolução embasou o processo de cassação do registro da psicóloga cristã Marisa Lobo.

Podemos afirmar que nossas práticas são clínicas, mesmo quando atuamos na assistência, na educação, na justiça, nos direitos humanos. Porém, a clínica que nos é demandada hoje é política, “clínica-política”, como apontam Passos e Rauter (2009) e Rauter (2009a), que nos lembram que precisamos repensar criticamente nossas práticas. Para isso, necessitamos de ferramentas que nos ajudem a nos situar enquanto profissionais construídos/as histórico-político-socialmente, permeados/as por crenças e afetos que se mostram na relação com o outro. Nessa relação afetamos e somos afetados/as, produzimos subjetividade e auxiliamos no processo de construção de identidades, ao mesmo tempo em que somos construídos/as e construímos práticas clínico-políticas. Neste contexto, entendo as práticas clínico-políticas a partir do que sugere Passos (2013):

ação de uma política micro, não porque pequena, mas política menor; menor não porque menos importante, mas relativa aos movimentos políticos minoritários que escapam das máquinas sobrecodificadoras e das medidas-padrão. Micropolítica dos/nos grupos porque era uma política relativa aos processos de criação de si e do mundo; a um só tempo política de subjetivação e política de organização do *socius* (PASSOS, 2013, p.13-14).

Sobre estas notas, sempre inacabadas, acerca da minha experiência Devir-estagiária, aposto nas possibilidades trazidas de empréstimos não autorizados (RAUTER, 2009) dos conceitos da Análise Institucional, em especial

o da cartografia, enquanto as principais ferramentas para a construção de uma prática que seja clínico-política e produtora de potências e singularidades. Finalizo o tracejar destas linhas, sempre em construção, sobre meu Devir-estagiária, apostando nos novos sentidos e deslocamentos produzidos tanto em minha trajetória acadêmico-profissional quanto pessoal, num processo de dupla-captura: ao ser afetada pelos encontros da psicologia com outros campos de atuação e ao afetar a produção de uma prática localizada no Centro de Cidadania LGBT – Niterói.

Mande notícias do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar
Tô chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero...

Encontros e Despedidas – Maria Rita

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, Gregório Franklin. **Compêndio de Análise Institucional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BARROS, Regina Benevides de Barros. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 3 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRG, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, maio de 2009.

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: NASCIMENTO, Maria Lívia do; ARANTES, Ester; GALLIFONSECA, Tania Mara (Orgs.). **Práticas psi**: inventando a vida. Niterói: EDUFF, 2007, p.27-36.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Código de Ética do Profissional de Psicologia**. Resolução CFP nº 010/05. Brasília (DF), 2005.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Relógio D'água editores, 2004.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. In: Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun., 2013. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/2471/2743>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu** (5) 1995, p. 07-41.

LOURAU, René. **Analista institucional em tempo integral**. ALTOÉ, Sônia (Org.). São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

PASSOS, Eduardo. Quando o grupo é afirmação de um paradoxo. In: BARROS, Regina Benevides de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRG, 2013.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina de Barros. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. MOURÃO, Janne Calhau (Org.). Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

POZZANA, Laura: **A Formação do Cartógrafo é o Mundo**: corporificação e afetabilidade. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, p.323-338, Maio/Ago. 2013

RAUTER, Cristina. Clínica e violência: construções e problematizações para uma clínica do contemporâneo. In: TEDESCO, Silvia; NASCIMENTO, Maria Livia. *Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

PROFISSIONAL

Segundo lugar

I PRÊMIO MARIA BEATRIZ SA LEITÃO



A psicologia na defensoria pública: reflexões sobre uma atuação em prol dos direitos das pessoas transexuais.

-
-
-
-

Marina Wanderley Vilar de Carvalho

Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre o início do trabalho da psicologia na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, notadamente no Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual, no qual realizamos atendimentos e produzimos pareceres para os pedidos judiciais de modificação de prenome e gênero de pessoas transexuais. Compreendemos a transexualidade como uma experiência de vida relacionada às construções de gênero e analisamos que esta tem sido objeto dos processos de patologização e de judicialização em nossa sociedade. A partir de uma perspectiva ético-política e utilizando como ferramenta a Análise Institucional, questionamos os lugares a que a psicologia está sendo chamada e o que tem produzido a partir destes. Compreendemos que essa atuação está inserida numa estratégia que visa viabilizar o acesso a direitos sociais - e, portanto, direitos humanos - que ainda não são legalmente reconhecidos e plenamente garantidos a essa população ainda bastante invisibilizada.

Palavras-chave: Transexualidade; Judicialização; Psicologia Jurídica; Defensoria Pública.

Introdução

A psicologia está cada vez mais inserida no Sistema de Justiça, ampliando seus lócus de atuação e as perspectivas de produções de uma prática relativamente recente em nosso país. Por Sistema de Justiça compreendemos os órgãos judiciais (Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública) e os não judiciais, mas que trabalham diretamente com aqueles, como Conselhos Tutelares, Instituições de Acolhimento, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros.

A Defensoria Pública é definida, na Constituição Federal de 1988 (Art. 134), como função essencial à Justiça, a quem cabe “a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita e integral”.

A inserção de profissionais de psicologia nas Defensorias Públicas estaduais e da União é bastante recente, notadamente com vínculo formal através de concursos públicos, os quais ainda não ocorreram em todos os estados. No Rio de Janeiro, o primeiro concurso aconteceu em 2014, sendo nomeadas apenas duas psicólogas, dentre as quais esta autora.

O presente artigo, portanto, pretende realizar uma reflexão sobre o início do trabalho da psicologia na Defensoria Pública do Rio de Janeiro, com um recorte para a atuação junto ao Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis), no qual participamos de um trabalho que visa proporcionar o acesso a direitos para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entendidos como direitos sociais e, portanto, direitos humanos que ainda não são legalmente reconhecidos e plenamente garantidos.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é a mais antiga do país. Em 1954 foram nomeados os primeiros Defensores Públicos no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça e a uma instituição para realizar a assistência jurídica se deu na década de 1970. Atualmente essa instituição está presente em todas as comarcas do estado, atuando nas diferentes áreas da Justiça Estadual¹. Ela se organiza, em linhas gerais, em núcleos e varas. Estas cuidam dos processos em andamento no Tribunal de Justiça, enquanto os primeiros são os responsáveis pelo recebimento das demandas, possíveis atuações extrajudiciais e organização da ação inicial a ser direcionada ao Tribunal de Justiça. Os núcleos são divididos em núcleos de bairro, com um recorte territorial, e núcleos especializados, com recorte temático, que podem atuar para todo o estado, embora fisicamente estejam apenas na capital.

1 Site da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portaldpge.rj.gov.br>>. Acesso em: 04 de julho de 2015.

Os cargos para profissionais de psicologia, assim como de outras áreas de atuação para além do direito, não foram previstos na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado (RIO DE JANEIRO, 1977) e foram criados em 2010. O primeiro concurso aconteceu em abril de 2014 e, em julho do mesmo ano, tomaram posse duas psicólogas. Apenas em janeiro de 2015 houve uma divisão sistemática do trabalho: uma passou a atuar exclusivamente na área da infância na Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica), que atua tanto na área protetiva como na infracional, enquanto a outra se referenciou nos Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh) e no Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis).

No Nudiversis há uma grande demanda por atuação em casos individuais, pois a população LGBT busca um local especializado; o que se vê são pessoas das diversas regiões da cidade e do estado escolhendo utilizar o Nudiversis, em vez de seu núcleo de bairro, por conta do conhecimento adquirido que o primeiro possui. A atuação se dá, por exemplo, em ações relacionadas a discriminações, ao pedido de reconhecimento de dupla maternidade em casais formados por duas mulheres e à demanda de modificação de prenome e gênero nos registros civis (denominada requalificação civil) de pessoas transexuais. Ademais, há um trabalho coletivo voltado, dentre outros motivos, à garantia de acesso à saúde para a população LGBT em situação de privação de liberdade e à efetivação do serviço, na saúde, do processo transexualizador, de acordo com as normativas do Ministério da Saúde.

Nesse núcleo, a psicologia é chamada a produzir documentos técnicos que visam contribuir com os pleitos. A principal demanda até agora direcionada à psicologia se dá nos casos de requalificação civil de pessoas transexuais, em que é necessário a formalização de um processo judicial; esse deve ser informado por diversos documentos da pessoa requerente, ao qual se somam os documentos técnicos da psicologia e do serviço social com o intuito de contemplar os posicionamentos dos especialistas comumente demandados pelo juiz.

Entre outubro de 2014 e junho de 2015, foram atendidas 81 pessoas, sendo 18 homens transexuais e 63 mulheres transexuais². Embora ainda não se tenha resultado dessa atuação, por que nenhum desses processos chegou ao fim, entende-se que é possível empreender uma análise crítica sobre essa demanda e essa prática, que estão também inseridas nos mecanismos de judicialização da vida e que podem ser compreendidas como uma estratégia de alcance de direitos sociais a uma população ainda bastante invisibilizada.

Transexualidade

A transexualidade é compreendida na dimensão identitária do indivíduo, que se apresenta com o gênero oposto àquele atribuído no seu nascimento (relacionado, portanto ao corpo, ao sexo biológico). Entendemos gênero como uma forma de representação cultural. Conforme explica Moore (1997), as diferenças entre mulheres e homens são comumente atribuídas a questões biológicas, delimitando comportamentos ditos masculinos e femininos. Mas a própria ciência contemporânea da biologia rejeita as explicações de causa e efeito com relação aos comportamentos sociais, entendendo essa relação como dinâmica, de mão dupla: “não se pode afirmar que as diferenças biológicas determinam construções de gênero e, por conseguinte, não pode existir um sentido unitário ou essencial atribuível à categoria ‘mulher’ ou à categoria ‘homem’” (MOORE, 1997, p.2).

As pessoas transexuais reivindicam o reconhecimento social e legal para o gênero com o qual se identificam. A transexualidade, portanto, afirma a diferenciação entre sexo e gênero, a não determinação entre eles e a necessidade de se compreender as experiências humanas para além da lógica do dimorfismo sexual (BENTO, 2008). Conforme afirma Teixeira (2012),

2 A título de esclarecimento, referimo-nos ao gênero pelo qual a pessoa se apresenta.

a transexualidade pode ser um desafio quando nos distanciamos da explicação reducionista de serem pessoas presas num corpo equivocado e compreendemos que são pessoas que combinam os conceitos de masculino e feminino, experimentando em graus diferenciados o “nomadismo”, a hibridação, a contaminação entre o ser homem e o ser mulher (TEIXEIRA, 2012, p. 511).

É importante deixar claro que a utilização do termo identitário se justifica porque os estudos sobre a transexualidade a compreendem e a denominam como identidade de gênero. Não nos referimos, portanto, a uma concepção da psicologia tradicional em que a identidade é entendida como algo fixo, estável e ahistórico, que supõe a preexistência de uma interioridade do sujeito e o social como uma instância secundária (SÁNCHEZ; MARTÍNEZ; RICO, 2006; HÜNING; GUARESCHI, 2014). Partimos da compreensão de produção de subjetividade, que entende esta como a construção de um sujeito singular, atravessada por instâncias institucionais e coletivas em um dado contexto histórico (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Também é importante diferenciar a experiência transexual da orientação sexual. Esta diz respeito ao direcionamento do desejo, ao relacionamento afetivo-sexual, seja com pessoas do mesmo gênero (homossexuais), de gêneros diferentes (heterossexuais) ou ambos (bissexuais). A transexualidade é, pois, uma “performance de gênero” (BUTLER, 2012) que não está atrelada à orientação sexual.

Desde a década de 1980, a transexualidade consta no Código Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) como “transexualismo”, inserida nos “Transtornos de Identidade Sexual”. Consta também no Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-IV) da Associação Psiquiátrica Americana (APA) com a denominação de “Transtornos de Identidade de Gênero”. Nos últimos anos, tem crescido o movimento mundial que questiona a compreensão da transexualidade

como uma patologia, notadamente como um transtorno mental. Em 2012 foi lançada uma campanha denominada “Stop Trans Pathologization”³, com o pedido de retirada da transexualidade desses manuais, que estão em fase de revisão e publicação de nova versão. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou contrário ao entendimento da transexualidade como uma patologia por meio de uma nota técnica e lançou, em 2015, um site denominado “Despatologização das Identidades Trans e Travestis”⁴.

Aproximamo-nos da concepção que compreende a transexualidade como uma forma de viver e de experienciar as relações com o corpo e as performances de gênero. Entendemos, portanto, que as formas de vivenciar a transexualidade são diversas, “há uma pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre o corpo, sexualidade e a subjetividade nessa experiência” (BENTO, 2008, p.182). Contudo, é possível dizer que é bastante comum, entre os transexuais, a busca por uma imagem associada aos padrões sociais de cada gênero, através de transformações corporais (desde o corte de cabelo à realização de cirurgia, passando pelo uso de hormônios) e dos padrões de vestimentas. Também é comum a utilização de outro prenome, correspondente ao gênero identificado, e a consequente busca pela modificação dos registros civis. É denominado processo transexualizador o “conjunto de alterações corporais e sociais que possibilitam a passagem do gênero atribuído para o identificado” (BENTO, 2008, p.184).

No Brasil, o processo transexualizador, no âmbito da saúde, é regido pelo Ministério da Saúde (Portaria 2803/2013) e pelo Conselho Federal de Medicina (Resolução 1955/2010), inseridos nas normativas internacionais que compreendem a transexualidade como um transtorno mental. As regulações brasileiras preveem a obrigatoriedade de ao menos dois anos de acompanhamento multiprofissional, notadamente médicos psiquiatras e endocrinologistas, além de psicólogos. O Conselho Federal de Psicologia

3 “Pare a trans patologização”, em tradução livre.

4 Para mais informações, consultar <http://despatologizacao.cfp.org.br/>. Acesso em: 11 de julho de 2015.

emitiu nota técnica sobre a atuação dos profissionais de psicologia nos locais de referência do processo transexualizador, tendo em vista as portarias supracitadas preverem o acompanhamento psicológico como obrigatório. Dentre outros aspectos, a nota orienta que

a assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social (CFP, s/d, p.3).

Após o período obrigatório, de acordo com o Ministério da Saúde, os profissionais psicólogos e médicos poderão emitir laudos que visam constatar a transexualidade (de acordo com os padrões descritos no CID-10 e no DSM-IV) e autorizar as cirurgias. Dentre as principais cirurgias do processo transexualizador temos a transgenitalização ou redesignação sexual, que é a cirurgia nos órgãos sexuais – para as mulheres, a produção de vagina e dos pequenos e grandes lábios (chamada neocovulvoplastia); para os homens, a construção do pênis (que possui diferentes nomes a depender da técnica e, no Brasil, ainda é de caráter experimental). Ademais, há, para as mulheres, a raspagem do pomo de adão e a feminização da face e, para os homens, a retirada do útero, dos ovários (histerectomia) e dos seios (mastectomia) (BENTO, 2008).

Atualmente, há apenas cinco hospitais cadastrados para a realização da cirurgia de transgenitalização no Brasil, um deles no Rio de Janeiro, mas a fila de espera neste está bastante extensa e não está aberta a novos candidatos há alguns anos, embora a procura seja constante. O que há no estado é um ambulatório especializado com os profissionais definidos pelo Ministério da Saúde; temos, portanto, a possibilidade de realizar os dois anos do processo transexualizador, sem, contudo, nenhuma certeza da realização da cirurgia de redesignação sexual. A escassez e a precariedade desse ser-

viço têm levado diversas pessoas em todo o país a recorrerem a ações judiciais com o objetivo de terem garantido o acesso a esses procedimentos.

No presente artigo não pretendemos aprofundar a discussão sobre a realidade do acesso à saúde e sobre as normativas que afirmam a transexualidade como um transtorno mental, embora as compreendamos como de fundamental importância nos estudos da transexualidade. Entendemos, como Butler (2009), que além do debate sobre a patologização da transexualidade é preciso colocar em análise as normas de gênero em nossa sociedade.

O diagnóstico pressupõe que uma pessoa sinta sofrimento intenso, desconforto e inadequação porque essa pessoa é do gênero errado e que adequá-la a uma norma de gênero diferente, se isso for viável para essa pessoa, a fará sentir-se muito melhor. Mas o diagnóstico não questiona se há problema com as normas de gênero que são aceitas como fixas e imutáveis, se essas normas produzem sofrimento intenso e desconforto, se impedem algumas pessoas de desempenhar suas funções, ou se geram sofrimento para algumas pessoas ou para muitas delas (BUTLER, 2009, p. 117).

No que diz respeito à modificação dos documentos civis, não há legislação que a preveja. Os pedidos têm utilizado como base a Lei de Registros Públicos (BRASIL, 1973) e têm sido endereçados à justiça, que analisa e decide pela sua procedência ou não. Inicialmente, havia o entendimento de que o pleito só seria atendido após a realização da cirurgia, porém, há alguns anos, algumas decisões judiciais em diversos estados autorizaram a modificação do prenome e/ou do gênero sem tais intervenções prévias (BENTO, 2014). Mesmo assim, aqueles que estejam com seu processo transexualizador em curso ou terminado e já dispuserem de laudo, apresentam-no ao juiz como parte da argumentação do pedido. Ainda há, portanto, um forte peso da compreensão biologizante e patologizante a orientar as decisões.

No Brasil, com a inexistência de legislação sobre a temática, foram criadas normas por governos estaduais, órgãos públicos ou instituições privadas de ensino que instituíram o direito à utilização do nome social em seus estabelecimentos, o que significa o reconhecimento, em diversos documentos, da identidade de gênero dessas pessoas através da utilização do nome pelo qual a pessoa é identificada⁵. É o caso, por exemplo, de chamadas nas escolas e universidades, de crachás nos trabalhos etc. Bento (2014) qualifica esse instituto de “gambiarra legal”, pois são normas em nível micro que ocupam o vácuo deixado pela falta de lei geral que significaria o reconhecimento pleno do direito à identidade de gênero, e alerta para o fato de estarmos vivenciando um paradoxo.

O mesmo Estado que lhe reconhece o direito à identidade de gênero, uma vez que as universidades são instituições públicas, na outra ponta lhe nega este direito, ou precariza-o quando vincula as mudanças nos documentos a um parecer psiquiátrico e ainda exige que tal mudança seja feita através de processo judicial (BENTO, 2014, p. 177).

A exigência do processo judicial para a modificação dos documentos ainda é uma realidade e se constitui como um entrave à garantia de direitos. O trabalho do Nudiversis está inserido nesse contexto, visto que seu papel é viabilizar o acesso ao judiciário. Busca-se, contudo, uma atuação que afirme a autonomia do indivíduo, na medida em que se respeita o pedido apresentado e que não necessite coadunar com a lógica biologizante e patologizante. De toda forma, o lugar que ocupamos está inserido no sistema de justiça e, por isso, cabe sempre questionar os objetivos e as artimanhas envolvidos no que podemos chamar de processos de judicialização da vida – no caso, os processos de judicialização da transexualidade.

5 Uma lista dessas normativas está disponível em <http://www.nucleotiresias.ufrn.br/documento.php?id=97089940>. Acesso em 16 de julho de 2015.

Antes de adentrarmos na análise sobre o trabalho que efetuamos, é importante apresentar um pouco da discussão sobre judicialização.

Processos de Judicialização

Os processos de judicialização das políticas públicas, das questões sociais, da vida (GARAPON, 1998; SANTOS, 2008; OLIVEIRA; BRITO, 2013; SIERRA, 2011; BERT, 2012) têm sido objeto de análise de diversas áreas do conhecimento e podem ser definidos como

o movimento de regulação normativa e legal do viver, do qual os sujeitos se apropriam para a resolução dos conflitos cotidianos. Atravessados pelo Poder Judiciário, não somente se recorre a ele como também se incorporam e se legitimam seus modos de operação (OLIVEIRA; BRITO, 2013, p.80).

Trata-se, portanto, de uma procura cada vez mais frequente pelos órgãos judiciais para a resolução de um número cada vez maior de domínios da vida social, desde a gestão de conflitos à regulação dos problemas sociais (BERT, 2012). Na ausência de legislações que reconheçam e garantam direitos a determinados grupos sociais e de políticas públicas de grande alcance, o sistema judiciário entra em cena e começa a se debruçar sobre essas questões. Sierra (2011) ressalta que esses processos tomam o contorno de uma estratégia de efetivação dos direitos de cidadania, não sem críticas e não sem efeitos, inclusive perversos. A autora defende que, “ao contrário do que se presume, não provoca a despolitização da sociedade, mas tem por efeito a politização da justiça” (SIERRA, 2011, p.259).

Por outro lado, “também compreendemos a judicialização como a produção de subjetividades aprisionadoras, moralizantes, que vigiam e julgam a si mesmas e às demais, fortalecendo as biopolíticas que homogeneízam e delimitam os modos existenciais” (OLIVEIRA; BRITO, 2013, p.86). A biopolítica é definida por Foucault (2002) como um novo paradigma de poder,

em que se toma a noção de população (como problema biológico, político e econômico), compreendida no nível dos fenômenos coletivos e utilizando mecanismos que não incidem no indivíduo-corpo (como nos mecanismos disciplinares de poder), mas na vida, nas previsões, no controle dos eventos que ocorrem nas populações: os mecanismos reguladores.

Temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. [...] uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto (FOUCAULT, 2002, p.297).

Os mecanismos disciplinares não deixam de existir, mas coexistem com os regulatórios e o elemento comum a ambos é a norma: um conjunto de técnicas que produz um conhecimento sobre o sujeito, seja de forma individual ou coletiva. “Trata-se, assim, de uma aplicação de saber-poder ao mesmo tempo objetivante – funcionando como prática social que se inscreve no corpo de cada indivíduo – e subjetivante: operando como ‘convicção subjetiva’ que regula a conduta de cada um” (PRADO FILHO, 2012, p.109).

Temos, portanto, a formação de múltiplos saberes e práticas sobre o sujeito, que têm efeitos sobre as produções de subjetividades e sobre as construções de formas de saber-poder e de relações com a verdade (FOUCAULT, 2005).

O biopoder não é de natureza jurídica, não funciona em referência à lei, mas à norma. [...] A instituição judiciária se integra de mais em mais a um *continuum* de aparelhos (médicos,

administrativos) em que as funções são antes regulatórias⁶ (BERT, 2012, p.4).

É nessa sociedade de normalização que estão imbricados os processos de criminalização, patologização, judicialização e medicalização das condutas e da vida e na qual a Psicologia produz discursos e práticas sobre os sujeitos (PRADO FILHO, 2012).

Conforme vimos, no Brasil, as questões de gênero e sexualidade não têm sido debatidas no Legislativo e, portanto, é no Judiciário que encontram algum espaço. Assim foi, por exemplo, com a legitimação do casamento entre pessoas do mesmo sexo: em 2011, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a extensão dos direitos de união estável para casais homoafetivos; em 2013, resolução do Conselho Nacional de Justiça proibiu os cartórios de todo o país a se recusarem a celebrar casamentos ou realizar a conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. As questões referentes à transexualidade ainda não alcançaram essas instâncias, mas estão cada vez mais sendo colocadas nas justiças estaduais, com pedidos de acesso ao processo transexualizador na saúde e de requalificação civil.

A partir da nossa atuação nesses processos e sob uma perspectiva ético-política pretendemos problematizar a atuação dos profissionais de psicologia nos órgãos do sistema de Justiça, mais especificamente na Defensoria Pública. Entendido, portanto, que o sistema judiciário tem sido bastante demandado em diversas searas e tem inserido em seus quadros profissionais os psicólogos, é preciso colocar em análise os lugares a que essa profissão está sendo chamada e o que tem produzido a partir destes.

É preciso pensar sobre os efeitos de cada palavra na vida daquele que está sob os vértices do poder judiciário. A compreensão da situação observada não é somente um resultado técnico; é também uma postura ético-política:

6 Tradução livre

a contextualização sócio-histórica da situação daquele sujeito e também do lugar da psicologia. Quem é o “cliente” da psicologia? Qual o objetivo de sua atuação? Quais os efeitos que busca produzir a partir da sua palavra? São questões fundamentais e que diferenciam uma postura tutelar e policialesca de uma postura de garantia da autonomia e dos direitos daquele sujeito (CARVALHO, 2011, p.53).

Cabe, portanto, refletirmos sobre as escolhas metodológicas, os documentos produzidos, as estratégias de uma prática que produz efeitos diversos. Para tal reflexão, utilizaremos como uma das ferramentas a análise de implicações, conceituada por Renné Lourau no âmbito da Análise Institucional e assim explicada por Coimbra e Nascimento (2007, p. 29).

A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções. [...]. Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam é romper com a lógica racionalista presente no pensamento ocidental (COIMBRA E NASCIMENTO, 2007, p.29).

Nosso objetivo aqui – como cotidianamente – é fazer questões e não naturalizar lugares, saberes e práticas.

Análises

Primeiramente, é preciso compreender o lugar, no sistema judicial, em que essa atuação está inserida. A Defensoria Pública atua pela parte: é a respon-

sável tanto pela proposição da ação quanto pela defesa em todas as fases do processo judicial. Os profissionais de psicologia, assim como de serviço social, dão suporte à atuação dos defensores públicos; eles podem ser formalmente nomeados no processo como assistentes técnicos, por estarem ligados à parte. Os juízes, por sua vez, comumente possuem suas equipes técnicas, denominadas de peritos⁷.

Em seguida, é preciso compreender as particularidades, no sistema judicial, referentes à demanda de requalificação civil por parte de pessoas transexuais. Esses casos são analisados por juízes de vara de família e não se caracterizam como um litígio, em que há duas partes envolvidas em disputa ou em que há alguma conduta ilegal como objeto; são chamados jurisdição voluntária. Trata-se de um pedido relacionado ao próprio sujeito que demanda e possui, portanto, caráter autorizativo.

No Nudiversis, o fluxo interno estabelecido faz com que todas as pessoas transexuais que apresentam o pedido de modificação do registro civil sejam primeiramente atendidas pela equipe técnica e somente à esta exponham de maneira mais detalhada seu pedido e o que está a ele relacionado. O atendimento é feito em conjunto pela psicóloga e pela assistente social, que discutem o caso e produzem, cada uma, seu documento técnico, denominados pareceres, os quais serão entregues ao setor jurídico que os utilizarão para compor o texto base da ação judicial. Quando essa ação passa a ser processo no fórum, não será mais acompanhada pelo Nudiversis nem pela equipe técnica a este ligada, mas por um defensor responsável pela vara em que o processo tramitar.

Nosso trabalho consiste no atendimento individual com posterior produção de documento técnico. Seguindo os parâmetros da Resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia⁸, entendemos que não realizamos uma

7 O Conselho Federal de Psicologia produziu a Resolução 008 de 2010 que dispõe sobre a atuação dos profissionais em cada uma dessas funções.

8 Essa Resolução "Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo".

avaliação psicológica, visto que essa poderia exigir mais encontros com o solicitante e diferentes técnicas; ademais, correríamos o risco de reproduzir a lógica patologizante, colocando a Psicologia na Defensoria Pública como mais uma produtora de verdades sobre o sujeito. O que procuramos realizar é um estudo sobre a demanda apresentada, colocada como questão-problema. Assim, o documento desse estudo é denominado parecer e se pretende como uma narrativa construída a partir do encontro com aquela pessoa, entendida como sujeito de direitos. O foco do documento está nos significados associados ao pedido de modificação do registro – as motivações e as expectativas. O ato de escolha do nome e o reconhecimento deste nos vários ambientes que a pessoa frequenta também são abordados.

Há, portanto, uma escolha e um posicionamento nas ações e no texto escrito. Não há nenhuma pretensão de neutralidade; é justamente por não sermos neutros que podemos colocar em análise nossas práticas e as produções que envolvem, no caso, a transexualidade, as questões de gênero e sexualidade em nossa sociedade.

O conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito de conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo (FOUCAULT, 2005, p. 25).

Esse princípio evidencia uma postura ético-política: a compreensão do encontro como potência (DELEUZE, 2002); de que a nossa função de escuta e de intervenção produz conhecimento sobre o outro e o reconhecimento de que essa produção é fruto de um saber-poder que tem efeitos não apenas sobre aquele sujeito, mas também efeitos outros, não controláveis, tendo em vista os diferentes usos que podem ser feitos por aqueles que lerem o parecer. Inspirados por Fuganti (2001),

chamamos ética [...] uma capacidade da vida e do pensamento que nos atravessa em selecionar, nos encontros que produzimos, algo que nos faça ultrapassar as próprias condições da experiência condicionada pelo social ou pelo poder, na direção de uma experiência liberadora, como num aprendizado contínuo (FUGANTI, 2001, s/p).

Assim, buscamos, em cada documento produzido, relativizar alguns conceitos – como a divisão de brincadeiras por gênero ou a heteronormatividade⁹ –, nos afastarmos da lógica biologizante e patologizante e tornarmos visível o sujeito que demanda a partir da escolha do que narrar. Nossa afirmação, portanto, não é de um diagnóstico, mas sim de uma vivência; não é de um enquadramento, mas sim de autonomia; não é de um padrão, mas sim de desejos, de formas múltiplas de ser mulher e ser homem.

Uma pergunta possível é: por que, então, produzir esses documentos? Nosso trabalho acontece antes mesmo do endereçamento do juiz para o estudo técnico. É uma antecipação e é possível que a pessoa tenha que passar pelos profissionais peritos do juiz, repetindo, mais uma vez, sua história de vida. Analisamos o que acontece como uma estratégia. Fazemos parte da estratégia do direito, que pretende que a ação inicial esteja o mais recheada possível com documentos comprobatórios. Sim, fazemos parte de provas. Fazemos parte, portanto, da engrenagem que coloca o sujeito como objeto e tantos saberes a falarem por ele? O que buscamos com nossa postura é fazer frente a essa lógica, mas um enfrentamento de um certo lugar: de dentro – um “dentro fora” já que se trata da Defensoria Pública. Optamos por fazer uso deste lugar de especialista para subvertê-lo e produzir outros discursos, visibilizar o sujeito demandante e afirmar um direito.

9 Termo utilizado por Butler (2012) ao analisar a naturalização da heterossexualidade como padrão de relacionamento nas sociedades modernas.

[...] todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro [...] se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou (seus profissionais) vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 29).

O que essas pessoas nos apresentam são histórias marcadas por um enfrentamento às normas sociais (que afirmam uma dita normalidade), uma angústia decorrente da constante necessidade de afirmação de ser e um sofrimento por conta das situações de discriminações vivenciadas ao longo da vida. A realidade das pessoas transexuais é, em geral, de uma vida bastante marginalizada. Algumas contavam com o apoio de familiares – o que não necessariamente aconteceu de forma tranquila, mas foi, muitas vezes, um processo de aceitação, conhecimento e respeito –, o que faz diferença no sentido de forças para enfrentar as adversidades fora do núcleo familiar. Várias delas não completaram os estudos regulares por falta de condições de permanecer na escola em virtude das discriminações sofridas e elas também vivenciam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, notadamente o formal. Todo esse contexto não é secundário, não pode ser ignorado quando se trabalha com essa população. Conforme analisa Bento (2008),

o que diferencia as performances das/os
mulheres/homens biológicas/os das/os transexuais
é a legitimidade que as normas de gênero

conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre a legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas e eliminadas (BENTO, 2008, p.48).

É instigante conhecer cada uma dessas histórias – que, embora apresentem características em comum, são singulares –, admirar a luta empreendida e afirmar, com ela, o seu desejo pela legitimação de sua identidade de gênero e a sua afirmação de vida. É desafiador transformar essa riqueza em um texto – um objeto fixo e limitado – que fala sobre um outro e é endereçado àquele que tem o poder de decidir sobre a vida desse outro.

Nosso trabalho, portanto, é da ordem do encontro. Bons encontros são potência de ação (DELEUZE, 2002). São ações no micro, onde a vida acontece, e por isso mesmo produzem efeitos diversos; são afirmações da diversidade da vida. Nossa produção, assim, transcende a questão da patologia e compreende a transexualidade como uma experiência de vida e a modificação do registro civil como um direito social, um direito humano.

Considerações finais

A análise aqui empreendida permite-nos afirmar que a transexualidade tem sido objeto de diversos saberes-poderes, que produzem verdades sobre as pessoas transexuais e suas vivências e que são, portanto, reprodutores de estigmatizações e naturalizações. Elas são objeto dos processos de patologização e de judicialização fortemente presentes em nossa sociedade com seus discursos normalizadores.

Em nível micro, nosso trabalho busca desestabilizar esses lugares instituídos e produzir outras afirmações sobre as pessoas com as quais nos encontramos e que precisam penetrar nas teias da justiça para terem acesso ao que compreendemos como direitos. Há também reflexões mais macro que precisam ser enfrentadas.

Para além dos atendimentos, mas com efeitos sobre estes, temos realizado reuniões com outras equipes que também atendem pessoas transexuais, tanto na área da saúde como na assistência social. São serviços públicos especializados que procuram atender as necessidades dessa população. Nosso objetivo tem sido conhecê-los e construir uma atuação em rede, o que já tem se tornado realidade na medida em que recebemos pessoas encaminhadas dos diversos serviços e, em nossos atendimentos, realizamos explicações sobre como as pessoas podem acessá-los, se assim desejarem. Os parques serviços públicos especializados são, por sua vez, invisibilizados e muitas vezes questionados como não prioritários. Os profissionais, portanto, enfrentam o desafio de tornar-se visível, assim como de dar visibilidade a essa população como sujeitos plenos de direitos.

Bento (2014) nos apresenta uma análise histórica e nos propõe uma importante provocação para pensarmos os mecanismos sociais e políticos de produção e de legitimação de determinadas vidas: “as lutas por reconhecimento de mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, negros/as têm um ponto em comum: tiveram que disputar visões e projetos de humanidade. Qual corpo tem direito a adentrar na humanidade?” (BENTO, 2014, p.179).

Retomando o conceito de biopoder, Agambem (apud PELBART, 2006) afirma que, na contemporaneidade, o biopoder não faz viver, nem faz morrer, mas faz sobreviver,

produzir um estado de sobrevida biológica,
reduzir o homem a essa dimensão residual, não
humana, vida vegetativa [...]. A sobrevida é a
vida humana reduzida a seu mínimo biológico,
à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero
fato da vida, à vida nua (PELBART, 2006, s/p).

As pessoas transexuais parecem, pois, carregar a marca do “mínimo biológico”, do “não humano”, estigmatizadas e deixadas à margem. O reconhe-

cimento de suas identidades de gênero e o acesso a direitos de saúde têm sido parciais e incompletos; trata-se de uma “cidadania precária”.

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. [...] Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo (BENTO, 2014, p. 167)

A conquista da cidadania plena das pessoas transexuais pode significar outros projetos de humanidade em que a transexualidade seja de fato reconhecida. A psicologia pode e deve posicionar-se sobre tais projetos, qualquer que seja o seu lócus de atuação: apostar em encontros potentes que produzam outros caminhos no sentido da liberdade da vida humana.

Referências Bibliográficas

BENTO, B. **O que é transexualidade** (Coleção Primeiros Passos; 328). São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. In: **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, Jan./Jun., 2014. Pp. 165 – 182.

BERT, J-F. Securite, dangerosite, biopolitique: trois versants d’une nouvelle pratique de pouvoir sur les individus. In: **Psicologia e Sociedade**, 24, n. spe., 2012, p. 2-7.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988.

_____. Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.**

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. p. 95-126.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, M. W. V. **A Psicologia na Defensoria Pública: a busca pela justiça e os novos desafios “psis”**. 62 f. Monografia (Graduação), Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

COIMBRA, M. C. B.; NASCIMENTO, M.L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E. M. M.; NASCIMENTO, M. L.; FONSECA, T. M. G. **Práticas Psi** – Inventando a Vida. Niterói: EdUFF, 2007, p. 27-38.

CONSELHO Federal de Medicina. **Resolução 1955, de 3 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1652/02.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Resolução 007, de 14 de junho de 2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.

_____. **Resolução 008, de 30 de junho de 2010**. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário.

_____. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**.

CONSELHO Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em Defesa da Sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 285-315.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU Ed, 2005.

FUGANTI, L. **A ética como potência e a moral como servidão**. Texto extraído de gravação

de Palestra realizada na Role Playing Pesquisa e Aplicação - SP. 2001. Disponível em <<http://www.roleplaying.com.br/content/seminarios/eticapotencia.html>> Acesso em: 24 de junho de 2009.

GARAPON, A. **O Guardador de Promessas** – Justiça e Democracia. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S.. Subjetividade e História. In: **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 25 – 61.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Efeito Foucault: desacomodar a Psicologia. In: **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014, p. 159-182.

MINISTÉRIO da Saúde. **Portaria 2803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

MOORE, H. "Understanding sex and gender". In: INGOLD, Tim (Ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1997, p.813-830. Júlio Assis Simões (Trad.), exclusivamente para uso didático. Versão disponível para uso interno do curso EGeS.

OLIVEIRA, C. F. B; BRITO, L. M. T. Judicialização da Vida na Contemporaneidade. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, 33, num. Esp., 2013, p.78-89.

PELBART, P. P. **Vida nua, vida besta, uma vida**. 2006. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl>>. Acesso em: 21 de julho de 2008.

PRADO FILHO, K. Uma breve genealogia das práticas jurídicas no Ocidente. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 24, num. Esp., 2012, p. 104 – 111.

RIO de Janeiro. **Lei Complementar nº 6, de 12 de maio de 1977**. Dispõe sobre a organização da assistência judiciária do Estado do Rio de Janeiro, estabelece o regime jurídico de seus membros e dá outras providências.

SÁNCHEZ, L. G.; MARTÍNEZ, L. M. M.; RICO, F. J. Psicologia, Identidade e Política nas Tecnologias do Governo Neoliberais. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 1, Jan./Abr., 2006, p.7-14.

SANTOS, B. S. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

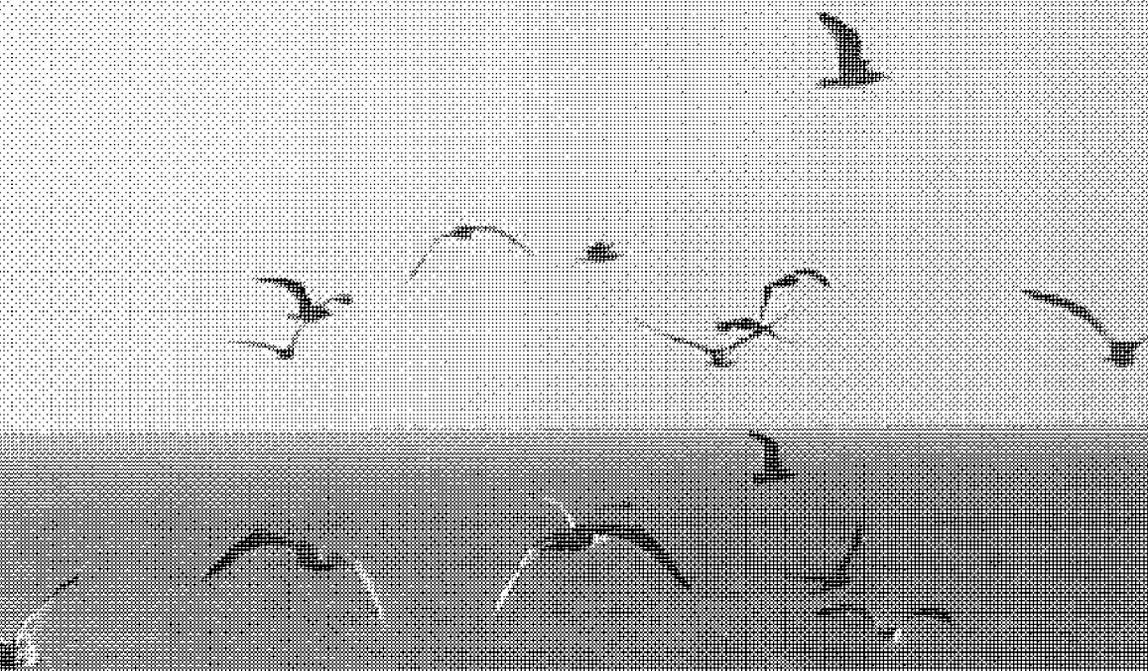
SIERRA, V. M. **A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça**. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n. 2, Jul./Dez, 2011, p. 256-264.

TEIXEIRA, F. B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, Mai./Ago., 2012, p.501-512.

PROFISSIONAL

Primeiro lugar

I PRÉMIO MARIA BEATRIZ SÁ LEITÃO



Das artes de governar vidas: pensando a psicologia no campo do cuidado.

-
-
-
-

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes

Resumo

O presente artigo trata da questão de como tem se dado as práticas de cuidado com relação a população de rua usuária de crack, principalmente no que concerne à atuação da psicologia na área. O que é possível ver hoje é a crescente convocação do saber médico e psicológico para responder às demandas da sociedade por uma cidade mais limpa e ordenada. No discurso do tratamento é encontrada a justificativa para a prática de internações forçadas. O que interessa aqui é saber como a psicologia tem respondido a essa convocação e, conseqüentemente, como ela tem pensado o cuidado, visto que estes saberes produzem subjetividades e têm impacto profundo em como são pensadas e implementadas as políticas públicas para esta população. Para tanto, será utilizada a experiência de andar pela cidade do Rio de Janeiro transformada em diário de campo e conversas com os próprios alvos das políticas de cuidado.

Palavras-Chave: Cuidado; Processos de Subjetivação; Usuários de Crack; Psicologia

Introdução

A cidade nunca dorme, embora adormecida. Barulhos e um farfalhar de papéis denunciam homens trabalhando já no alvorecer de um dia que promete ser ensolarado. No entanto, não são as luzes dos raios solares espocando pelas nuvens que mais irradiam. Algo inominável ganha carne quando irradiado pela luz da razão. Os homens sobem em suas enormes escadas para montar um outdoor. Os fragmentos da imagem seguiam, um a um enquanto eram colados, a enunciação de uma verdade. Naquela manhã, a população do Rio de Janeiro visualizou a campanha publicitária do programa de governo contra o crack: um cenário cinzento, um menino retratado como um zumbi numa escala de agressão contra si próprio e o slogan “basta uma vez para que você nunca mais seja o mesmo”. O que antes era impreciso, ilegível, agora reluz na inteireza do outdoor, que esclarece: eis aqui a verdade sobre os sujeitos que consomem crack. A carne, tocada

pela luz da razão, ganha vida, não por meio daquilo que a faz pulsar, mas por meio de uma nomeação clara, delimitada por fronteiras definitivas.

A agência publicitária responsável pela criação da campanha acredita que é preciso usar a linguagem com a qual a droga conversa com o corpo de seu usuário: violenta e forte. E, em coro com o governo do Estado, aposta no caminho do cuidado, do tratamento. No mesmo ano da campanha e nos seguintes houve uma efervescência de projetos de lei¹ que circulavam a respeito do cuidado à população consumidora do crack, mais especificamente à população de rua. Apesar da tradição punitiva dirigida a estes setores, falam da necessidade da intervenção do setor da saúde na vida destas pessoas.

O cuidado pensado a partir do viés humanista inspira muita cautela, principalmente porque a luminosidade trazida pelos holofotes dos saberes das ciências humanas faz aparecer na carne das vidas infames os vestígios de sua passagem, de seus novos contornos incontestáveis.

A importância da história para o diagnóstico do presente

Ninguém nota o fio que, em colar vistoso, vai
compondo as missangas (COUTO, 2009)

Mia Couto (2009), escritor moçambicano, de tantas vivências de guerras e desejos de outras narrativas para a sua África, trouxe o fio como metáfora do tempo. Fomos educados a ver o colar vistoso, a história em sua linearidade, em seu todo, mas não em suas experiências parciais, nas suas relações com cada peça, fragmentárias, temporais. Um modo não só de refletir e teorizar a história, mas, sobretudo, de inventar novas formas de vida, novas composições.

1 O projeto de lei do deputado Osmar Terra (PL n.º.7.663/2010) que recolocou em debate o tratamento dado à população de rua e ao usuário de droga; o projeto de Lei 673/11, proposto pelo deputado estadual Orlando Bolçone, que prevê internação compulsória pelo Poder Público de crianças e adolescentes usuários de drogas para tratamento médico, foram alguns desses projetos de lei que versavam sobre a internação compulsória de usuários de drogas.

Michel Foucault no horizonte dessa vontade de querer se desgarrar desse modo de conceber a histórias, cujos gritos não se ouve, dizia que suas pesquisas nasciam de problemas que o inquietavam na atualidade: evidências que poderiam ser destruídas se soubéssemos como foram produzidas historicamente. Por este motivo, fez da genealogia o seu modo de realizar pesquisas cujo cerne estava no presente. Foucault deu forma à uma crítica filosófica, que recorre sobretudo à pesquisa histórica, para questionar as maneiras pelas quais certas verdades e seus efeitos práticos vieram a se formar e se estabelecer no presente.

Ele chamou suas pesquisas de ontologia do presente: um modo de reflexão, segundo Foucault iniciado por Kant, em que está em jogo o vínculo entre filosofia, história e atualidade. A tarefa de pensar o hoje como diferença na história. Mas se a questão para Kant era saber quais limites o conhecimento deve respeitar (os limites da razão), em Foucault (2008, p.325) a questão se converte no problema de saber quais limites podemos questionar e transgredir na atualidade, isto é, “dizer o que existe, fazendo-o aparecer como podendo não ser como ele é”.

Portanto, o filósofo procurava trazer os fragmentos de narrativas que nos constituem lá mesmo onde não há mais identidade, onde o “eu” se encontra fracionado pela história plural que o engendrou. De modo que esse questionamento histórico-filosófico não nos conduz à reafirmação de nossas certezas, de nossas instituições e sistemas, mas ao afastamento crítico dessas instâncias e de si próprio como exercício ético e político. Como aponta Deleuze (1992, p.119), “a história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos”.

A história (não a narrativa histórica ou a escrita da história, mas as condições de existência dos homens no decorrer do tempo, que lhes escapa à consciência) não é da ordem da necessidade; ela diz respeito à liberdade, à invenção; pertence à ordem mais da casualidade do que da causalidade; é feita mais de rupturas e violência do que de continuidades conciliadoras.

Esse modo de conceber a história se opõe à imagem tranquila que a narrativa histórica tradicional criou: a história do homem como a manifestação de um progresso inevitável – o lento processo de realização de uma utopia –, que seria alcançado após o iluminismo pela aplicação dos métodos racionais. Como se a ciência, o pensamento e a vida estivessem continuamente mais próximos de verdades que aos poucos são reveladas como o destino final do homem.

Assim, compreendendo a história não como um movimento teleológico, como sucessão de acontecimentos organizados e encadeados em que estão mapeados e enaltecidos os seus bravos guerreiros e seus fatos heroicos, mas como inacabada, descontínua e emanando ainda seus ecos no presente. O passado que apenas está lá atrás por uma questão de *chronos*. Por esta razão, Foucault se volta para o estudo do modo de vida grego para criar novas perspectivas de relação com o presente. Nesta compreensão de história, fazer o diagnóstico do presente consiste em inventar um outro modo de perceber as relações que construímos com o tempo presente, flagrar o novo em ação, arriscar-se a produzir outros enunciados daquilo que estamos nos tornando.

O mapeamento do contemporâneo – que é sempre um recorte para o campo de análise – nos direciona, como Foucault (2008) já apontava nos seus últimos escritos, para a vida como objeto de governo. As inúmeras operações de recolhimento (agora chamadas “acolhimento”) de populações de rua, o crescente número de programas de bem-estar, o cuidado excessivo com a saúde e com a qualidade de vida, os debates calorosos sobre o aborto, o ato médico, a retomada da discussão sobre a redução da maioridade penal – todas apelos de uma parte da sociedade que anseia pela suas respectivas configurações em lei – denunciam o movimento de toda uma maquinaria de gestão da vida, na qual operam não só as agências punitivas, mas os saberes jurídicos, médicos e psicológicos.

Diagnóstico do presente: Um novo humanismo?

Foucault, em uma de suas conferências nos Estados Unidos, no começo da

década de 1980, nos narra a cena. Em 1840, em um hospital psiquiátrico, um médico conduz um paciente ao banheiro para dar continuidade ao processo de cura da loucura. Dr. Leuret, o médico, pede para que o Sr. A. conte detalhadamente sobre os delírios que o acometem. “Mas tudo isso não passa de loucura. Você vai me prometer que não mais acreditará nisso!”. O paciente, então, hesitante, promete. Dr. Leuret, já experiente no tratamento moral da loucura, abre a torneira de água fria que cai sobre a cabeça do paciente. “Você já me prometeu outras vezes e não manteve a promessa”, disse o médico em tom imperativo. “Sim, sim sou louco”, grita Sr. A., torcendo para que o médico interrompa o jato d’água. A torneira é fechada. O interrogatório recomeça. Sr. A. procura ser claro e honesto: “sim, reconheço que sou louco, doutor, mas só o reconheço porque você está me forçando”. Mais um giro na torneira e mais gritos. “Está bem, está bem! Sou louco e tudo isso não passa de loucura!”.

O procedimento científico do psiquiatra François Leuret em busca da verdade e da confissão da loucura teria inspirado Foucault a empreender suas pesquisas sobre as relações entre a verdade e o sujeito. Na cena descrita por Foucault, a verdade sobre o Sr. A. se localizava nas mãos do médico, aquele que detinha o saber e o poder sobre o corpo do paciente. Sr. A. era um sujeito, mas no sentido de assujeitado; incidiam sobre o seu corpo as sólidas forças de sujeição e dominação. De antemão, já existia todo um construto feito acerca do paciente no qual este teria que se reconhecer.

As técnicas de produção de verdades, assim como as de produção de sujeitos na modernidade, foram tematizadas por Foucault em algumas de suas obras. Em *História da Loucura* (1997), sua pesquisa aponta para a desconstrução de um discurso dito humanismo, que se produziu depois dos suplícios e, com ele, a feitura de toda uma discursividade acerca da verdade sobre o louco.

“Dentre tantas modificações, atendo-me a uma: o desaparecimento dos suplícios” (FOUCAULT, 2000, p.13). A referida passagem destaca a curiosidade do autor pela necessidade que se instituiu no século XIX de uma nova

economia de poder. Os suplícios demarcavam o exercício do poder soberano sobre os corpos que a estes fizessem oposição, até que agitações e revoltas com relação à arbitrariedade e brutalidade dos castigos impostos pelo rei impuseram a supressão dessa modalidade de punir.

Ao registrar o desaparecimento dos suplícios, historiadores catalogavam a mudança como um modelo mais humanista, pois, retirado de cena o espetáculo punitivo sobre o corpo, passou-se a olhar para ‘o ser humano que se encontrava ali’. No entanto, Foucault (1997) dá ênfase à supressão dos suplícios para, justamente, contrapor esta versão humanista. Ao retratar o episódio do grande internamento em que Philippe Pinel e a psiquiatria do século XIX soltam os loucos das prisões, Foucault não tenta apenas ilustrar a transição da soberania, mas colocar um ponto de interrogação na inflexão heroica dada pela história à Pinel pelo seu ato humanista.

É entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá – não esqueçamos – que eles os abandonarão, sem deixarem de glorificar por terem-nos ‘libertado’. A partir do século XVII, a loucura esteve ligada a essa terra do internamento, e ao gesto que lhe designava como o seu lugar natural (FOUCAULT, 1997, p.59).

Os acontecimentos da época apontavam a necessidade de uma reforma na justiça, pois já era muito custosa a permanência dos castigos pela comoção gerada nos espectadores. Com efeito, o que se obteve foi o estabelecimento de uma nova economia do poder de punir e não o nascimento de uma nova mentalidade humanista. Um poder não mais concentrado em uma figura – a figura do rei –, mas repartido em circuitos homogêneos que pudessem ser exercidos em toda parte, de maneira contínua, até o mais fino grão do corpo social. Uma reforma que pudesse garantir a regularidade e eficácia, que fosse mais constante e minuciosa em seus efeitos. Assim, tem-se o nascimento das prisões e, com estas, a extração de saber necessária à manu-

tenção deste novo modo de atuação do poder – tema tratado por Foucault no livro *Vigiar e Punir* (2000).

Em ambas as obras, o autor faz ver que o sujeito louco ou delinquente é, antes de tudo, um resultado vivo das técnicas de dominação, das tecnologias de poder e do processo de disciplinarização do corpo social e individual. Mais do que tratar do louco ou do delinquente, era preciso extrair um saber sobre eles. A verdade sobre os sujeitos loucos e delinquentes foi construída passo a passo pelas instituições, saberes e tecnologias do poder. Para que os sujeitos pudessem assumir essa verdade sobre si e vestir essa identidade, eles teriam que ser postos dia após dia ao tratamento e aos cuidados do poder e saber, tal como o vivido pelo Sr. A.

As primeiras pesquisas de Foucault, ilustradas aqui nestas obras, trazem, em linhas gerais, o embate entre o corpo e a verdade do sujeito contra as verdades e as tecnologias de dominação existentes em instituições disciplinares, como o hospício, o hospital ou a prisão. À medida em que seus estudos avançavam, Foucault foi entrando em contato com outras artes de governar. Se antes mirava as tecnologias de poder e os processos de sujeição e dominação existentes nas instituições disciplinares, em 1980 passou a enfatizar as tecnologias de si e os processos de subjetivação. Ao contrário de olhar os sujeitos apenas como assujeitados, submetidos a assumirem verdades produzidas pelo saber, o autor nos apresenta um outro eixo de análise, que se orienta para as técnicas de si.

Se alguém pretende analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, deve considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as práticas de si. Deve mostrar que há uma interação entre elas. Quando estudava os asilos, as prisões, e tudo o mais, talvez tenha insistido demais nas técnicas de dominação. O que chamamos por “disciplina” é algo realmente importante neste tipo de instituição. Mas

é somente um aspecto da arte de governar as pessoas em nossa sociedade. Uma vez estudado o campo de relações de poder enquanto uso das técnicas de dominação como ponto de partida, gostaria, nos próximos anos, de estudar as relações de poder que começam a partir das práticas de si. Em toda cultura, penso, esta tecnologia de si implica uma série de obrigações com a verdade, descobrir a verdade, ser iluminado pela verdade, dizer a verdade. Todas essas e tantas outras imposições devem ser consideradas importantes tanto para a constituição quanto para a transformação de si (FOUCAULT, 2006, p.95).

Neste novo cenário se enaltece a relação que o sujeito estabelece com a verdade com o objetivo de constituir a si mesmo e, em consequência dessa moldagem de si, o sujeito poderia assumir um estilo de vida. A luta essencial que se dá na atualidade, para além das lutas étnicas ou contra uma classe social dominante, é pelo controle da subjetividade. O que acompanhamos hoje é uma convocação cada vez maior das ciências humanas, mais especificamente neste trabalho, da psicologia para intervir em processos que eram exclusivos da seara da justiça ou da polícia². Atribuem à esta solicitação uma humanização das práticas, um cuidado que tem como objetivo “o bem” dos sujeitos atrelados a um tratamento. As internações **forçadas³ de usuários de crack** – e há notícias de que esta internação se es-

² “No dispositivo da internação compulsória, identificamos a conjunção de quatro eixos das políticas de segurança e proteção social: Saúde, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública (polícia)” (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p.24-25).

³ Utilizamos o termo internação forçada por entender que a prática de recolhimento e internação não passa por nenhuma das vias propostas em lei pela Reforma Psiquiátrica, a saber na LEI No 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental:

Art. 4º - A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Art. 6º - A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

tenda a moradores de rua de modo geral – vêm nesse bojo do discurso do tratamento e têm sido acolhidas por muitas instâncias de saúde, incluindo a psicologia. É com certa prudência⁴ que olhamos esses movimentos, principalmente aqueles que se referem a pensar não apenas como a psicologia pode intervir, mas também como nossas práticas, nossos posicionamentos e nossos dizeres estão inseridos nessas mesmas arenas, nessas mesmas disputas.

“Os melhoradores da humanidade”: das artes de governar

Em todos os tempos se quis “melhorar” os homens: a isto sobretudo foi a que se deu o nome de moral. Porém sob a própria palavra escondem-se as tendências mais díspares. Tanto a domesticação da besta homem como a criação de uma determinada espécie de homem foram chamadas “melhoramentos”: só estes termini zoológicos expressam realidades, – realidades, certamente, das quais o «melhorador» típico, o sacerdote, nada sabe – nada quer saber. Chamar à domesticação de um animal o seu “melhoramento” é algo que a nossos ouvidos nos soa como uma ironia. Quem sabe o que acontece nos circos de feras põe em dúvida que neles a besta

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro;

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

4 Aqui se pega de empréstimo o modo como Gilles Deleuze (1996), em Mil Platôs, concebe o termo prudência. O posicionamento ético que se estabelece pela cautela necessária na análise dos movimentos em oposição à overdose que assombra a atividade desejante. *A prudência é um instrumento da ousadia.*

seja “melhorada”. É debilitada, é feita menos perigosa, é convertida, mediante o efeito depressivo do medo, mediante a dor, mediante as feridas, mediante a fome numa besta enfermiça. – O mesmo acontece com o homem domado que o sacerdote “melhorou”. [...]. Dito fisiologicamente: na luta com a besta o pô-la enferma pode ser o único meio de debilitá-la. A Igreja entendeu isto: deitou a perder o homem, debilitou-o – porém pretendeu tê-lo “melhorado” (NIETZSCHE, 2006, p.19).

Era uma manhã chuvosa e estava à espera do ônibus para ir ao trabalho, em frente ao cemitério do Caju, na Avenida Brasil (Rio de Janeiro), quando uma menina, de talvez 14 anos, saía do cemitério com lágrimas nos olhos. Observei-a, mas estava tomada pela pressa, à espera de um ônibus que não acompanhava o ritmo dos múltiplos afazeres que nos impomos no dia-a-dia. A menina, então, me empurrou com raiva, retirando-me do entorpecimento com o possível atraso. Tentando me recompor, acreditando se tratar de um assalto, fiquei à espera do passo seguinte. Ela afirmou com plena certeza de que eu era a pessoa que matou seu amigo que jazia ali naquele cemitério, dono daquelas lágrimas. Uma operação da prefeitura de recolhimento de usuários de crack, que havia sido realizada na altura do Complexo da Maré, no Parque União, fez com que seu amigo fosse se esconder na favela de uma facção rival e ele, sob efeito da droga, se colocou em risco. Acabou sendo assassinado. Consegui este relato apenas depois que ela se convenceu de que não era eu quem estava nessa operação da prefeitura. Na minha pasta estava o assinalamento da sentença que ela me impunha: um símbolo do governo do Estado do Rio de Janeiro confundido com o da prefeitura e a palavra psicologia. Assim como o amigo, desde pequena, ela já havia passado por diferentes instituições da rede de assistência social, mas nunca havia encontrado um lugar de mais pertencimento que

na rua. Nesta rede já teve que lidar com muitos profissionais que diziam saber o que era melhor para ela, “muitas vezes me mandaram falar com o psicólogo”. Percebi que a acusação que ela fazia pela morte de seu amigo era remetida a todos nós trabalhadores da assistência social, a todos que se predispõem no mundo como melhoradores da humanidade. Àquela hora já tinha perdido o ônibus, o trabalho e o sossego a qual estava confinada a minha prática como psicóloga⁵.

Uma fala inquietante, despertada por um documentário feito sobre o Consultório na rua⁶, nos atravessa e se faz motor deste trabalho: por que cuidar? Uma prática às vezes um tanto óbvia para alguns trabalhadores da saúde, no entanto, se não há o questionamento, corre-se o risco de, na luta pela garantia de direitos e respeito a autonomia e liberdade daqueles com os quais dirigimos nosso cuidado, sermos outro ator violador desses direitos, produzindo mais violência em nome do cuidado. Portanto, não adianta seguir fortalecendo a luta pela qualificação e implementação das políticas públicas sem aprofundarmos a problematização dos efeitos éticos e políticos das práticas psicológicas dentro dos espaços em que atuamos.

Entendemos que o discurso da garantia de direitos e, conseqüentemente, o “tratamento” compulsório têm servido como justificativa para práticas autoritárias e produtoras de violência. Assim, o intuito deste trabalho é poder construir outras formas de pensar o cuidado em psicologia.

A partir da investigação histórica da professora Rosane Neves (2004) é possível entrar em contato com a aproximação da psicologia do campo social. O fenômeno das multidões do século XIX foi alvo de estudo específico, objetificando o social como campo a ser explorado em função da ameaça crescente de ruptura dos equilíbrios sociais, suscitada pelas contradições inerentes do funcionamento das sociedades industriais. Foi através desse fenômeno que a psicologia moderna fez suas primeiras incursões no cam-

5 Anotações do diário de campo desta pesquisadora, referentes ao dia 27/02/2015.

6 Tal documentário se refere ao vídeo “Consultório na Rua – A rua não é um mundo fora do nosso” organizado pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ek9iWTV3hig>

po social. Gustave Le Bon, autor da obra *Psicologia das Multidões* (1895), foi quem apontou para um elemento essencial do movimento das massas: a irracionalidade. Em outras palavras, atrelou o modo de operar das massas a uma explicação psicológica.

A originalidade de Le Bon foi ter situado o problema das massas numa perspectiva inteiramente nova: a principal característica das multidões era a fusão dos indivíduos num espírito e num sentimento comuns, e é a partir dessa característica que o problema deveria ser colocado. A sugestão explicaria como se produz o desaparecimento dos caracteres individuais para aparecer essa fusão dos indivíduos no grupo. A hipnose torna-se, portanto, o modelo a partir do qual a psicologia das multidões vai desenvolver o conjunto de sua orientação teórica. É a partir desse modelo que se poderia explicar, por exemplo, a ação do líder sobre as massas (SILVA, 2004, p.18)

Le Bon (1895) introduziu a psicologia onde, até então, somente existia o olhar criminal em torno da questão das multidões que ameaçavam um projeto de sociedade que estava sendo construída na época. Essa leitura histórica nos permite ver que a apreensão do social pela psicologia nasce das relações de poder prementes naquele tempo. A psicologia ligada ao campo social emerge, assim, para dar conta da manutenção de certas normas de funcionamento das sociedades que se compunham no século XIX.

Érika Reis (2015), em seu estudo sobre a emergência da noção de sujeito de direito e das relações entre psicologia, justiça e verdade, também irá retomar as análises sobre as implicações da psicologia na composição de um sujeito normalizado. Em meados do século XIX, através da técnica do exame – que servia para construir um certo saber sobre o indivíduo normal e

anormal atrelado aos procedimentos nos quais os problemas jurídicos penais lançavam mão para o “acesso a verdade” do sujeito – foi possível o surgimento das ciências humanas: a sociologia, a psicopatologia, a psicologia, a criminologia e a psicanálise. Isso quer dizer que todas as ciências humanas nasceram em ligação direta com a formação de controles políticos e sociais no momento da formação da sociedade capitalista.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2000) procurou mostrar como as ciências humanas nas sociedades disciplinares foram importantes para forjar mecanismos de vigilância, correção e normalização, tais como a noção de periculosidade que demandava o controle das virtualidades do comportamento criminoso, fazendo com que o indivíduo se parecesse com o seu crime antes mesmo de tê-lo cometido. É quando tais ciências miram não só o comportamento, para além da infração inscrita na lei, mas perscrutam a alma do indivíduo.

No que se refere à psicologia, os profissionais da área *psi* se transformaram em novos juízes na medida em que, por meio de suas perícias e das suas relações de saber-poder em jogo, instrumentalizavam os juízes nos processos judiciais, muitas vezes, suplantando o saber jurídico. “Desde então, o ofício de punir viu-se misturado ao suposto ato de curar” (REIS, 2015, p.58) Os juízes viam-se mais respaldados com essa aliança e, até mesmo, acreditavam ser menos duro o ofício de julgar, posto que havia uma dimensão “mais humana” em jogo. Dessa aliança surgem artifícios mais sofisticados e eficazes para a condução de condutas.

A condução de condutas, a governamentalidade, foi outro tema investigado por Foucault . O autor se volta para a organização de um poder de tipo pastoral que era ligado à prática religiosa de direção de consciência desenvolvida pelo cristianismo. O poder pastoral visava cuidar de todos e de cada um, prometendo a salvação, mas exigia a servidão e sujeição através da obediência. Por meio das práticas confessionais, o sujeito era submetido pela extração de verdade que lhe era imposta. A retomada de Foucault pelo estudo do poder pastoral não tem interesse museológico, posto

que o seu interesse era, justamente, a investigação do presente. Para ele, a medicina foi uma das grandes herdeiras do pastorado, na medida em que tomou para si a incumbência de conduzir a existência cotidiana dos homens, aquela que detém o poder de dizer a verdade sobre o outro, tomando o corpo humano como objeto e alvo de poder. As práticas de normalização concernem mais ao poder médico do que ao mundo jurídico. “Esse foi o percurso em meio ao qual fixou-se a ideia ocidental de sujeito verdadeiro e forjou-se a necessidade que cada um passou a ter de procurar a sua verdade íntima” (REIS, 2015, p.60).

Frederic Gros (2008), em seu artigo sobre o cuidado de si em Foucault, acredita que a pergunta que retorna a todo momento ao sujeito da contemporaneidade é: “quem sou eu?”. Tal pergunta dirige e enreda o sujeito na dependência do Outro no momento em que promete o reencontro com ele mesmo, posto que este questionamento é o eco de um outro: “quem é você?”. Mas este “quem é você?”, pergunta realizada pelo Outro (o Outro que detém o saber-poder), coloca no sujeito a suspeita de que esse eu não sabe dizer sobre si, não sabe dizer quem se é de verdade. A partir dessa suspeita instalada, esse sujeito se torna refém do Outro, pois a verdade que habita neste só pode ser desvelada pelo Outro.

Na modernidade, como vimos no tratamento ao qual o Sr. A. foi submetido, seu psiquiatra detinha a verdade sobre o seu paciente. No entanto, as instituições disciplinares que produziram a figura do louco, do doente ou do delinquente foram espaços, por excelência, de formação de homens produtivos, racionais, devidamente objetivados, normalizados, passíveis de serem administrados. Na atualidade o que presenciamos, apesar de ainda bem presentes em nossa realidade, é a falência destas instituições como produtoras de subjetividade e o surgimento de outros modos de relação do sujeito com a verdade.

O que temos hoje são engrenagens de sujeição e submissão da subjetividade que são muito importantes pelo fato de o Estado Moderno ter integrado essa antiga tecnologia de poder pastoral de uma forma ainda mais perspi-

caz. Como dito por Foucault (1995, p.237), “podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral”. O funcionamento da tecnologia de poder pastoral é para o Estado uma das importantes ferramentas de uma biopolítica de governo das pessoas e seu êxito encontra espaço no fato de seus procedimentos serem utilizados pela própria sociedade, tornada agente da disciplinarização, da normalização e da punitividade no campo social.

No campo *psi*, essas novas tecnologias de poder se manifestam por meio das relações de saber-poder, que muitas vezes levam os psicólogos a atuar como se fossem padres ou como sacerdotes moralistas, de modo a fazer com que o indivíduo volte a si mesmo para ligá-lo à sua verdadeira identidade, submetendo-o ao Outro para que lhe diga qual é a sua verdade.

As chamadas práticas *psis* estão vinculadas a uma história e a uma atuação política que não deve ser ignorada. Alçar-se a uma dimensão de poder e reconhecimento por meio do tratamento de desviantes, do ajuste de infratores, do diagnóstico patológico de criminosos reduzindo-os a uma dimensão psicológica reificada, não pode ser considerado politicamente isento. Assim como não pode ser considerado politicamente isento gerar técnicas para reformar eus, a partir de uma preocupação crescente com a qualidade da população e com a prevenção da criminalidade, criando normas e dispositivos que pretendem tornar inteligíveis, julgáveis e enquadráveis as condutas dos seres humanos (REIS, 2015. p.62).

No entanto, esse modo de perspectivar e trabalhar, que remete os acontecimentos à história, que nos permite enxergar tudo como produção de seu tempo, que tomou determinados direcionamentos segundo as diretrizes políticas que nos davam o contexto e no qual uma multiplicidade de

acontecimentos se dão em paralelo, faz com que não entendamos que estamos em um rumo apocalíptico, como se nos tempos anteriores vivêssemos momentos de glória e isentos de problemas. Não se trata de querer salvar a psicologia, mas de ter a capacidade de ver as suas contradições, seus paradoxos e o desafio de se pensar sobre os efeitos de suas práticas nas vidas daqueles aos quais são dirigidos os atos de cuidar.

Considerações finais:

Produção de narrativas como uma forma de cuidado

A vida é muito discordada. Tem partes. Tem artes. [...]. Tem as caras todas do cão e as vertentes do viver (Guimarães Rosa)

De tempos em tempos o recrudescimento do discurso do medo nos faz apelar para um ideal de segurança, um ideal de que todos os acasos serão controlados, de que todas as diferenças serão reunidas em um mesmo pacote, um ideal de vida acolchoada e de certezas de que não há mais nada a temer, apenas a mansidão de uma vida sem sobressaltos. A edificação desse ideal de um amanhã sem medos é um movimento reativo, um modo impotente de enfrentar o emaranhado de lutas que é a vida. As forças da vida não têm paz.

O efeito deste apelo é renunciar à força e determinação necessárias para compreender o mundo efetivo e, a partir dessa frustração, declarar a sentença infrutífera de que o mundo não tem jeito, o mundo não presta. Além disso, na medida em que o amanhã sem medo se distancia de nossa possibilidade de vivência, aumenta o clamor cada vez maior e incisivo por segurança, controle e punição, manifesto através da intervenção do Estado com seu braço policial e do pedido de interferência médica e *psi* expressa nas internações forçadas.

Quando falamos acerca do novo humanismo e das formas atuais de controle biopolítico, tocamos também no ponto da sua discursividade; dos discursos de proteção que se pretendem de cuidado, mas que têm servido como ferramentas das artes de governar e controlar os corpos.

As medidas de proteção giram, desta forma, no paradoxo de constituírem o próprio mal que querem combater, com vistas a sua justificação e legitimação. Seus pressupostos [...] não conseguem entrar nos subterrâneos das práticas, vê-las em si mesmas (FONSECA, no prelo).

Diante desse cenário, como pensar as formas de cuidado que se estabelecem no contemporâneo? E como a psicologia se posiciona diante desta questão? Temos repetido sempre as velhas fórmulas: mais polícia, mais controle, mais prisões, mais intervenções sem escuta, mesmo reconhecendo a nulidade destas estratégias. Temos chamado de cuidado a violação de direitos, a violência de dizer ao outro que o que eu ofereço é o melhor que ele pode ter, e temos chamado a isto de conquista de nossas práticas. O governo da vida se transveste em cuidado, em um certo humanismo. Discursos que primam pelo bem não seguem a regra dos torturadores que que violentam e usam a dor como instrumento; o instrumental é outro, mais insidioso, e ganha seus tons de necessário e mais humano. Seguindo a linha de pensamento do grupo Nu-sol, o fato de haver discursos autorizados, discursos de verdade, produzindo a urgência de intervenção nessas vidas, é o que viabiliza o governo da vida.

Por este motivo, ao lançarmos nosso cuidado às pessoas que usam drogas e vivem nas ruas é preciso pensar que estamos estendendo este cuidado a toda cidade, a nós mesmos, posto que esta experiência não se localiza apenas no território de cada indivíduo e sua relação com a droga, mas ao modo como vem sendo produzidas as subjetividades atualmente. E naquilo que tange à produção de subjetividades estamos falando também em produção de verdades, de discursos, de narrativas que conformam nossos modos de olhar, pensar e existir.

Foucault (apud POL-DROIT, 2006, p.99) afirma que a verdade deve ser compreendida em termos de guerra. “A verdade da verdade é a guerra”. Verdades são estabelecidas a partir de jogos, de interesses, de poder. Portanto,

a psicologia, como importante campo de saber que tem a sua parte nesse jogo de produção de verdades, pode se instalar também na produção de narrativas que apostem em outras versões, que estejam afinadas com as vozes das quais elas afirmam cuidar.

Conversando com uma jovem sobre o que ela considerava o fazer de um psicólogo, esta nos surpreendeu dizendo, sem comedimento, que o psicólogo conta e ouve histórias. Ao contarmos e ouvirmos histórias estando referidos à psicologia, estamos querendo afirmar as possibilidades de reinvenção da existência e da própria psicologia, quando esta consegue driblar os especialismos e assinalar a vertiginosa pluralidade da vida. A vida entendida como obra aberta dispara em nós uma terna vontade de lutar pelo que temos de singular.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Lex-Legislação em Saúde Mental**, 1990-2004, Brasília, 5.ed. amp., 2004, p. 17-19.

COUTO, Mia. **O Fio das Missangas**. 1ª ed. Lisboa/Portugal: Editorial Caminho, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3 ed. Rio de Janeiro: 1992.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. **Mil platôs**. Ano zero. Rostidade. Volume III. Rio de Janeiro: 34,1996.

FERNANDES, Maria Clara. **Jovens Pobres e Políticas de (i)mobilidade urbana**: Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar? Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

FONSECA, Tânia Maria Galli. A afronta de uma pergunta: O que é ser protegido nos dias de hoje? In: Nascimento. Maria Lívia do. **Proteção e negligência**: Pacificando a vida de crianças e adolescentes (no prelo).

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e Pós-estruturalismo 1983. In: **Ditos e Escritos II, Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**, Elisa Monteiro (Trad.), Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. Sexualidade e Solidão. In: **Ética, Sexualidade, Política**, Coleção Ditos & Escritos, v.V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.95.

_____. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. Raquel Ramalhe (Trad). 23 ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

_____. **A História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault.** Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.) **Figuras de Foucault.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACERATA, Iacã; DIAS, Rafael; PASSOS, Eduardo. Paradigma da Guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. In: LOPES, Lucília Elias; MALAGUTI, Vera (Orgs.) **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

KARAM, Maria Lucia. Guerra às drogas e saúde: os danos provocados pela proibição. In: LOPES, Lucília Elias; MALAGUTI, Vera (Orgs.) **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos.** Paulo César de Souza (Trad.). São Paulo: Companhia das letras, 2006.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault, entrevistado.** Vera Porto Carreiro e Gilda G. Carneiro (Trad.). Rio de Janeiro: Graal, 2006.

REIS, Érika Figueiredo. **Justiça e espírito de vingança: o que se pede por justiça e o ressentimento do homem atual.** Curitiba: Juruá, 2015.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993

SILVA, Rosane Neves. Notas para uma genealogia da psicologia social. In: **Revista Psicologia & Sociedade,** 2004, p.12-19.

PARECERISTAS

Alexandre Trzan Ávila	CRP 05/35809
Carlos Eduardo L. S. Nóрте (Cadu)	CRP 05/40339
Celso de Moraes Vergne	CRP 05/27753
José Rodrigues de Alvarenga Filho	CRP 05/36271
Larissa Ercace Bento Wolff	CRP 05/34997
Maria Helena Zamora	CRP 05/21685
Maria Teresa Costa Barros	CRP 05/1555
Mariana Tavares Ferreira	CRP 05/27291
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	CRP 05/26077
Sergio Gomes da Silva	CRP 05/38428
Viviande Almeida Fraga	CRP 05/30376

XIV PLENÁRIO (2013-2016)

DIRETORIA EXECUTIVA

Janne Calhau Mourão	(CRP 05/1608)	Conselheira-presidente
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu	(CRP 05/24180)	Conselheira vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila	(CRP 05/35809)	Conselheiro-tesoureiro
Ágnes Cristina da Silva Pala	(CRP 05/ 32409)	Conselheira-secretária

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Nabor Mathias França	(CRP 05/32345)
Claudia Simões Carvalho	(CRP 05/30182)
Janaina Sant'Anna Barros da Silva	(CRP 05/17875)
José Novaes	(CRP 05/980)
Juraci Brito da Silva	(CRP 05/28409)
Marcia Ferreira Amendola	(CRP 05/24729)
Maria da Conceição Nascimento	(CRP 05/26929)
Marilia Alvares Lessa	(CRP 05/ 1773)
Priscila Gomes Bastos	(CRP 05/ 33804)
Rodrigo Acioli Moura	(CRP 05/33761)
Simone Garcia da Silva	(CRP 05/ 40084)

CONSELHEIROS SUPLENTE

André Souza Martins	(CRP 05/33917)
Andris Cardoso Tiburcio-	(CRP 05/17427)
Denise da Silva Gomes	(CRP 05/ 41189)
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha	(CRP 05/9138)
José Henrique Lobato Vianna	(CRP 05/ 18767)
Juliana Gomes da Silva	(CRP 05/41667)
Patrick Sampaio Braga Alonso	(CRP 05/ 32004)
Vanda Vasconcelos Moreira	(CRP 05/6065)
Viviane Siqueira Martins	(CRP 05/ 32170)

